



CCP
CONFEDERAÇÃO
DO COMÉRCIO E SERVIÇOS
PORTUGAL

Vencer a crise para ganhar a década



BOLETIM N.º #12 MARÇO 2022

"SAIR DA CRISE PARA ENTRAR NOUTRA?"

Um cenário de imprevisibilidade com, incontornáveis, impactos económicos negativos

02

OS NÚMEROS:

"CONJUNTURA: INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS"

No final de 2021 e início de 2022 os indicadores evoluíam favoravelmente, sem ainda refletirem o ensombramento da Guerra da Ucrânia na economia global

06

"A EVOLUÇÃO E AS PREVISÕES PARA A ECONOMIA: OS NÚMEROS DA COMISSÃO EUROPEIA"

Uma recuperação mais lenta de Portugal em relação à média europeia

12

AS POLÍTICAS:

"OS HIATOS PROVOCADOS POR UM PAÍS Á ESPERA DE UM NOVO GOVERNO"

Os constrangimentos de meio ano sem Orçamento de Estado

15

"O DESAFIO DEMOGRÁFICO E AS POLÍTICAS QUE PODEM FAZER A DIFERENÇA"

Das políticas de rejuvenescimento da população às políticas orientadas para a economia da longevidade

18

"CONSUMO SUSTENTÁVEL DE BENS - PROMOVER A REPARAÇÃO E A REUTILIZAÇÃO"

22

OS DESAFIOS

"A CRISE QUE VEIO DO FRIO"

Da esperança na entrada rápida num "pós-covid" para um, provável, novo ciclo longo de Guerra Fria. A solução está na qualidade das políticas de investimento associadas aos recursos já mobilizados

25

"DESAFIOS COLOCADOS ÀS CIDADES"

Cinco choques que as cidades podem vir a defrontar no médio e longo prazo

28

"DA INVASÃO DA UCRÂNIA À IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES À RÚSSIA"

Consequências para a Europa onde o impacto se fez sentir, sobretudo, na energia e num conjunto diversificado de componentes minerais

31

Cofinanciado por:





SAIR DA CRISE PARA ENTRAR NOUTRA?

UM CENÁRIO DE IMPREVISIBILIDADE COM, INCONTORNÁVEIS, IMPACTOS ECONÓMICOS NEGATIVOS

1. Tudo parecia apontar para que 2022 seria o ano em que, saindo da "crise COVID", iríamos retomar uma trajectória de crescimento continuado, impulsionado pelos financiamentos de origem comunitária. Apesar de o nosso país ter atravessado uma desnecessária crise política que levara ao chumbo do O.E. para 2022 e obrigara à realização de eleições a meio da legislatura; apesar de as projecções de crescimento para os próximos anos estarem longe de ser entusiasmantes e estarem fortemente dependentes dos fundos e programas da União Europeia; apesar, ainda, de estarmos com uma dívida pública elevada e com um tecido empresarial descapitalizado e fragilizado pelas crises, acreditávamos poder ir iniciar um novo ciclo que nos pudesse permitir "ganhar a década" e pôr, finalmente, termo a vinte anos de estagnação económica e de não convergência com a média europeia.

Mas eis que, subitamente, a incerteza regressa e todas as anteriores previsões e cenários para 2022 se afiguram estar obsoletos. Duas realidades, com contornos e amplitudes diferentes, embora podendo alimentar-se mutuamente no plano do seu impacto económico, tiveram lugar. Primeiro, assistimos a um persistente e continuado aumento dos níveis de inflação na generalidade das economias, mas com especial incidência na economia ameri-

cana, que atingiram valores muito acima do previsto, tornando mais difícil não questionar as políticas monetárias adaptadas e resistir a mudanças mais ou menos repentinas na condução das mesmas pelos bancos centrais. Segundo, tivemos algo que poucos imaginariam possível que ocorresse que foi uma nova guerra na Europa com a invasão da Ucrânia pelas tropas russas, num confronto que coloca os países ocidentais e a Rússia em rota de colisão, mas cuja duração e consequências são de momento imprevisíveis.

A verdade é que podemos estar confrontados com uma mudança de vulto nas perspectivas de evolução das economias em que, independentemente do evoluir da situação militar, se projecta uma «guerra económica» entre a Europa da U.E. e a Rússia que, em cima dos desequilíbrios entre a economia real e a economia monetária já assinados, poderá dar lugar a uma nova crise de elevada dimensão.

2. Entrando, concretamente no que diz respeito aos elevados níveis de inflação, que desde o início de 2021 não têm parado de aumentar, eles foram sendo ao longo do ano transacto desvalorizados pela maioria dos responsáveis dos principais bancos centrais (FED e BCE) e pelas grandes organizações internacionais que monitorizaram as

políticas e a evolução da economia mundial (casos do FMI e da OCDE), visto como um fenómeno passageiro e ajustável pela tendência para uma normalização do funcionamento da própria economia. A explicação para o aumento dos preços teria origem no desfasamento entre a oferta e a procura resultante da própria evolução da crise COVID a qual provocara quebras ou mesmo rupturas nas cadeias de aprovisionamento de bens (desde o seu fabrico até aos circuitos de transporte e comercialização dos mesmos) e que afectou principalmente a oferta de produtos mais concentrados ou cartelizados, como sejam o petróleo e outras matérias-primas, assim como, um conjunto limitado mas indispensável e de ampla utilização nas indústrias de componentes digitais (caso dos semi-condutores), que, de imediato, gerou aumento de preços e escassez de determinados bens (o exemplo do sector automóvel).

Mas, se tudo isto é verdade, não podemos ignorar que, sobretudo no caso da política da Reserva Federal Americana, houve algo mais que desafiou algumas das teorias monetárias consagradas e que teve que ver com o descontrole da política do «quantitative easing» (administrada, quer ainda na presidência de Donald Trump, quer depois reforçada com Joe Biden) e que originou uma forte criação de liquidez monetária já num período de crescimento acentuado da economia e que, desde logo, muito consideraram comportar um risco elevado, mesmo em economistas não fixados numa visão ortodoxa da política monetária e que aceitavam rever os níveis de transmissibilidade entre a política monetária e a inflação, mediada pelo desempenho e pelos salários (a clássica “curva de Phillips” dos economias). Foi também o caso do BCE que reinterpretou o tecto estabelecido de 2% de inflação não como uma linha vermelha absoluta, em que ultrapassado este valor a política monetária devia intervir de imediato, mas como sendo uma média móvel medida num quadro plurianual (três anos). É que, uma coisa é admitir reavaliar o grau de transmissibilidade, outra, diferente, é considerar que inflação e política monetária não têm qualquer ligação entre si (o que alguns vieram, também, defender).

Mas, quando vemos a inflação americana a chegar perto dos dois dígitos (a maior dos últimos 40 anos), com especial impacto de rubricas como o preço da habitação; quando assistimos a um aumento continuado dos salários ao mesmo tempo que a taxa de desemprego se situa abaixo dos 3% (“pleno emprego”) e se prevê a sua redução para cerca de 1% no final deste ano (mínimo histórico), quando, ao mesmo tempo, a economia dá sinais claros de desaceleração, a política monetária do banco central americano não pode continuar a ser indiferente a esta realidade.

E, na realidade reagiu e anunciou que de forma quase imediata (em Março deste ano) iria suspender a sua política de compra de títulos no mercado e que, em breve (previsivelmente ainda no 1º semestre do ano) iria aumentar as suas taxas de referência à economia. Mas estas políticas não podem deixar de equacionar o que alguns economistas já identificam como sendo uma situação similar à da crise dos anos 70, com a chamada estagflação.

Dir-se-á, a situação na Europa não é similar (e o BCE tem-no dito), desde logo, porque o efeito conjugado dos preços e dos salários não se faz ainda sentir. Só que, num sistema financeiro globalizado não é possível os outros bancos centrais ficarem indiferentes a este anúncio (e são já vários os que aumentaram as suas taxas). O BCE tem procurado preservar alguma autonomia nas suas decisões de política monetária mas não pode ignorar o impacto que sobre o euro as decisões tomadas em relação à moeda americana terão, nomeadamente nos mercados financeiros e na fuga de capitais da zona euro.

Temos elogiado o importante papel que o BCE tem tido na crise e a decisão tomada de compra de títulos de dívida pública no mercado secundário. Mas, sabemos que a mesma não pode perpetuar-se indefinidamente e que a pressão dos chamados «falcões» da política monetária europeia só irá ter tendência para aumentar (como está de facto a suceder). O Banco tem dito que não tomará medidas contra-cíclicas sem que o crescimento da zona euro esteja consolidado e mantém a intenção de encerrar o programa de compras relacionado com a pandemia no final do ano, conservando o anterior programa de compras para além desta data, o que significará uma redução faseada das mesmas, e que não tenciona subir as suas taxas directiva que ainda estão nos 0%.

É de referir que, actualmente, cerca de 80% da dívida pública nacional se encontra nas mãos do BCE e que as previsões para 2022 apontam para a realização de compras de um valor percentual idêntico no que se refere às novas dívidas públicas dos Estados membros.

Mas, é também um facto, que o BCE já teve que rever a sua previsão de inflação para 2022 de 1.7% para 3.2% na zona euro e isto, recorde-se sem considerar o impacto da Guerra da Ucrânia. Ao mesmo tempo, os mercados já estão a reajustar o seu comportamento e as taxas de juro negociadas têm vindo a aumentar (na dívida pública, mas também, inevitavelmente no crédito às empresas). Este aumento tem que ser considerado normal, não sendo possível (porventura nem desejável) que as taxas de juro se mantenham demasiado

próximas de zero (em algumas maturidades atingiram, até em Portugal, valores negativos) e o que se afigura essencial é que a política seguida não gere imprevisibilidade e, conseqüentemente, desconfiança, o que conduzindo a uma espiral descontrolada dos juros afectaria, sobretudo, os países mais endividados.

Aliás, não podemos deixar de referir, a forma globalmente acertada com o IGCP vem gerindo a nossa dívida pública, procurando, com evidente sucesso, conjugar o alargamento dos prazos de amortização dos empréstimos com a redução do montante de juros a pagar. É, neste quadro que, apesar de as suas últimas idas ao mercado (em fevereiro deste ano) terem registado um aumento dos juros a pagar (atingindo 1% no empréstimo concedido a 10 anos), tendência que poderá ainda acentuar-se em futuros leilões de dívida, as previsões apontam para uma redução, no final deste ano, do serviço da dívida, dado que uma parte significativa da mesma vem substituir dívida mais antiga, cujas taxas ainda estão acima dos 3% e 4% ao ano.

Em Portugal, a trajectória de desaceleração da dívida está bem delineada e é um factor de confiança acrescido. Os números divulgados revelam uma redução em 2021 da dívida pública para 127% do PIB (menos 8 p.p. num ano, o que fica acima do ritmo de descida médio programado numa trajectória de médio/longo prazo que é de 5 p.p./ano). Neste caso concreto uma maior inflação tem um ciclo directo positivo no valor percentual da dívida no PIB ao fazer crescer o PIB nominal.

Segundo o IGCP em 2022 o Estado vai ter de se financiar no mercado em cerca de 21 mil milhões de euros, em resultado, quer do défice orçamental, quer das amortizações de dívida. Nos dois próximos anos (2023 e 2024) o valor das amortizações a pagar ascenderá a 12.7 e 13.6 mil milhões em cada um deles; subindo nos dois anos seguintes (2025 e 2026) para um valor próximo dos 17 mil milhões/ano e atingindo o valor mais alto da presente década em 2027 com um endividamento de 19 mil milhões. São, apesar de tudo, valores moderados que, a juntar a uma tendência de desaggravamento orçamental (o Governador do banco de Portugal antecipa mesmo um possível reequilíbrio dentro de dois anos), não apresentam um risco que possa considerar elevado, não justificando qualquer cenário de dramatização em torno da nossa dívida pública, nem que devam ser alteradas as prioridades da nossa economia que, até por estarmos com uma inflação bastante abaixo da média europeia, nos permite ganhar quota de mercado e reforçar o objectivo de crescimento da nossa economia.

2. E deixámos para o final o problema de avaliação mais difícil: o do impacto da presente Guerra na Ucrânia.

Não sabemos, como já referimos, qual a extensão e duração do conflito militar e não iremos especular sobre isso. O que, apesar de tudo, sabemos é que mesmo que a «guerra militar» acabe a «guerra económica» parece estar para durar. O confronto, neste plano, entre a Europa e a Rússia não nos irá seguramente trazer nada de positivo do ponto de vista do desempenho das economias dada a dependência recíproca existente entre ambas e, mesmo os que estão directamente mais afastados desta «guerra», como é o caso português, sendo países economicamente mais frágeis tenderão a ser os mais afectados. Os preços tendem a ser globais e a nossa dependência das importações é, como sabemos, elevada.

A Europa regista, como é conhecido, uma forte dependência energética da Rússia e daí que não esteja em posição de poder usar facilmente esta arma para enfraquecer a resistência russa, e daí que as sanções enunciadas não toquem, por agora, na energia. Mas do lado contrário não é certo que os russos – mesmo com enormes perdas e custo para a população do país – não possam ser tentados a usá-la contra os europeus.

Os números mostram claramente a elevada dependência de uma grande parte dos países europeus do gás russo: cerca de 40% do gás europeu vem da Rússia. As duas principais economias da U.E. dependem dele, mesmo que, com níveis diferenciados, a França não chegará aos 30%, mas a Alemanha atinge os 55%. Uma grande parte dos países do Leste europeu depende dele a 100%.

Depois da invasão da Ucrânia o abastecimento de gás vindo da Rússia passando pela Ucrânia em direcção à Europa aumentou e não diminuiu. Comparando com o início do mês de Fevereiro com o início de Março o volume de gás importado por dia duplicou, estando o mesmo ainda subordinado aos contratos feitos no passado pelas companhias europeias com a Gásprom. Mas, ao mesmo tempo, e em termos de contratos de futuro, o seu preço chegou no início da guerra a subir mais se 50%.

Mas, nem só do gás depende a Europa da Rússia, outras matérias-primas estão presentes. Desde logo, o petróleo em que cerca de 1/3 do petróleo europeu vem da Rússia (estamos a falar do 2º maior exportador mundial) e em que a recente espiral da subida dos preços, provocada pelo desfasamento entre a oferta e procura, com a OPEP a recusar-se até agora a aumentar a produção (existe uma previsão de o fazerem em Abril) e com o embargo que vigorou no passado recente ao petróleo iraniano, está a alimentar, em grande



parte, a inflação actualmente existente a nível mundial o preço do "Brent" pode ultrapassar ao longo do ano os 150 dólares por barril. Mas também dos metais essenciais na produção industrial são importados da Rússia: o alumínio e o paládio (este representando 40% da produção mundial) e isto para além da Rússia e Ucrânia serem presentemente o principal "celeiro da Europa".

Neste quadro, as previsões de impacto económico têm sido bastante cautelosas: uma quebra entre 0.5% e 1% de crescimento, mas deixando de fora, por exemplo, os impactos indirectos relacionados com mudanças de política monetária. Porque, se outro impacto óbvio é o da subida dos preços e do índice da inflação, com o efeito do conflito a poder, segundo os analistas, acrescentar, pelo menos, 1.5% a 2% à inflação prevista na Europa em 2022. A pressão sobre a política monetária e a adopção de medidas mais restritivas aumenta.

Na Rússia, o impacto mais imediato não será na economia real mas na situação financeira do país: o rubro já caiu 30%, os mercados financeiros foram encerrados e o Banco Central elevou as suas taxas directoras em 20%. O embargo às transações financeiras com o exterior pode criar dificuldades, desde logo, no comércio externo, podendo gerar um grave problema de abastecimento do país, não sendo de excluir a falência do sistema bancário, deixando de haver instrumentos de financiamento da economia. Na Europa da União Europeia e, não havendo um aumento da escalada da «guerra económica» para patamares extremos, em que, nomeadamente, uma suspensão das exportações de gás russo poderia provocar uma ruptura energética, aguarda-se, com especial atenção quais os desenvolvimentos da política do BCE, cuja presidente declarou há poucos dias: "que o Banco tomará todas as medidas necessárias, no quadro das suas responsabilidades, para assegurar a estabilidade dos preços e a estabilidade financeira da zona-euro", o que deixa, de alguma forma, todos os cenários em aberto. Desde logo, está a ficar mais difícil cumprir o propósito do BCE de não aumentar as taxas de juro durante 2022, o que, a acontecer, não afectaria só as taxas da dívida pública mas todo o mercado financeiro europeu e, em particular, o financiamento das empresas.

Daí que, para Portugal seja essencial assegurar uma boa gestão dos programas comunitários (PRR e PT2030). O nosso crescimento depende, em grande parte, do seu contributo, mas o que nos deve orientar não é apenas crescer (indicador quantitativo) "gastando dinheiro", mas ter um plano de crescimento sustentável devidamente ancorado em indicadores qualitativos de impacto e de desenvolvimento efectivo. Ou seja, trata-se de investir no que é essencial e no que é gerador de um efeito multiplicador que se estende no tempo, permitindo vir a obter o retorno dos gastos agora efectuados.

"... A verdade é que podemos estar confrontados com uma mudança de vulto nas perspectivas de evolução das economias em que, independentemente do evoluir da situação militar, se projecta uma «guerra económica» entre a Europa da U.E. e a Rússia..."

Tem, sobretudo o PT2030, que assentar, em projectos estruturantes para o país, seja de iniciativa pública, seja de iniciativa empresarial, devendo os mesmos, tanto quanto possível, inserir-se em dinâmicas de eficiência colectiva centrados nos factores determinantes da competitividade da nossa economia. Mas, importa também dizê-lo, os programas comunitários, por muito importantes que sejam, não podem ser vistos como o "alfa" e o "ómega" do desempenho económico do país. Eles são, certamente, um contributo de momento indispensável, mas não devemos pensar a economia deste país apenas com base nos apoios comunitários. Um país que pauta a sua política económica e o seu modelo de crescimento apenas pelos ditos apoios, não terá grande futuro a prazo. Os instrumentos de política interna são fundamentais, desde o Orçamento de Estado, na sua função de promotora do investimento público e de incentivadora do investimento privado, ao sistema financeiro e ao papel dos bancos públicos, com a existência de um recém criado Banco de Fomento de que pouco se conhece e de que, muito poucos, sentem ainda o seu exacto benefício. ●

OS NÚMEROS

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

recuperação gradual da economia até ao 3º trimestre e desaceleração de alguns indicadores nos primeiros meses do 4º trimestre

No último trimestre de 2021 a economia portuguesa prosseguiu a trajetória ascendente presente nos trimestres anteriores, com uma variação homóloga de +5,8% no PIB, face ao 4º trimestre de 2020. Foi, no entanto, ainda negativa, de -1,4%, a variação face ao último trimestre de 2019.

No conjunto do ano o PIB português aumentou +4,9%, face a 2020, embora sem ter ainda recuperado os níveis da actividade económica anteriores à pandemia: face a 2019, o PIB em 2021 reduziu-se -3,9%.

(em %)

(Trim)	Despesas de consumo final	Formação bruta de capital	Procura interna	Export (FOB)	Import (FOB)	PIB a preços de mercado
Variação 2021/2020 (%)						
ANUAL	4,6	7,2	5,0	13,0	12,8	4,9
I	-5,4	4,1	-3,7	-7,5	-3,6	-5,3
II	16,5	12,3	15,7	42,9	37,3	16,5
III	4,0	7,8	4,7	11,9	12,1	4,4
IV	4,7	5,1	4,8	15,8	12,8	5,8
Variação 2021/2019 (%)						
ANUAL	-1,2	1,0	-0,8	-8,1	-0,9	-3,9
I	-5,9	1,7	-4,5	-12,6	-5,1	-7,8
II	-0,2	-0,3	-0,3	-13,3	-3,7	-4,4
III	0,6	-2,5	0,0	-5,6	-0,4	-2,2
IV	0,5	5,5	1,4	-0,9	5,7	-1,4

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais, 4ºT 2021

O crescimento do PIB em 2021 resultou do forte contributo da procura interna (5,2 p.p.), já que foi ainda negativo o contributo da procura externa líquida (-0,2 p.p.).

O crescimento da procura interna contou com o contributo positivo das suas várias componentes, embora somente nos casos do investimento e do consumo público, o respectivo crescimento, de +7,2%, e de 5%, os colocou acima do nível verificado em 2019 (correspondendo a um crescimento de +1% e de +5,5%, face a 2019). O consumo privado aumentou 4,4%, face a 2020, mas correspondendo ainda a um decréscimo de -3%, face a 2019.

O contributo da procura externa líquida para o crescimento do PIB, embora tenha ainda sido negativo, de -0,2 p.p., foi bastante menos negativo que em 2020 (de -2,9 p.p.), graças a um crescimento ligeiramente mais acentuado das exportações, de +13%, face aos das importações, de +12,8%. De salientar ainda o crescimento mais dinâmico nas exportações de serviços, de +18,6%, face ao das exportações de bens, de +11,1%, o mesmo acontecendo do lado das importações (de +18,1% nos serviços e +11,9% nos bens). Só as importações de bens ficaram acima das importações de bens registadas em 2019.

INDICADORES ESTATÍSTICOS NACIONAIS:

Movimentos na Rede Multibanco



+12,3%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Dezembro 2021

+24,1%

Acréscimo homólogo
Janeiro 2022

IVN Comércio a Retalho Alimentar



+2,9%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Dezembro 2021

IVN Comércio a Retalho Não Alimentar



+5,2%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Dezembro 2021

IVN Serviços



+10,5%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Dezembro 2021

(Trim)	Exportações			Importações			(em %)
	Bens (FOB)	Serviços	Total	Bens (FOB)	Serviços	Total	
Variação 2021/2020 (%)							
ANUAL	11,1	18,6	13,0	11,9	18,1	12,8	
I	3,3	31,6	-7,5	-1,5	-14,9	-3,6	
II	43,0	42,9	42,9	37,9	34,3	37,3	
III	3,4	40,1	11,9	8,8	32,0	12,1	
IV	4,4	51,4	15,8	9,7	29,7	12,8	
Variação 2021/2019 (%)							
ANUAL	-1,6	-21,8	-8,1	0,4	-6,9	-0,9	
I	-1,3	-36,9	-12,6	-2,5	-18,5	-5,1	
II	-4,6	-31,9	-13,3	-2,1	-11,8	-3,7	
III	0,2	-17,3	-5,6	0,3	-3,8	-0,4	
IV	-0,6	-1,7	-0,9	5,8	5,3	5,7	

Fonte: INE, Contas nacionais trimestrais, 4ºT 2021

Destaca-se ainda o crescimento acentuado nos deflatores das exportações e das importações, de 6% e 7%, respectivamente, em resultado sobretudo do aumento dos preços dos produtos energéticos e das matérias-primas, dando continuidade à perda dos termos de troca.

A inflação regressou ao centro das atenções, refletindo em particular o aumento acentuado do preço dos bens energéticos e também de algumas matérias-primas e em resultado de falhas em algumas cadeias de abastecimento, situação que se acentuou ainda mais com o contexto da Guerra na Ucrânia. A estimativa para a inflação anualizada foi de 1,82% em fevereiro, e de 4,19% para a inflação no mês de fevereiro.

Em janeiro e fevereiro o indicador de confiança dos consumidores aumentou. O indicador de clima económico aumentou em fevereiro, sintetizando o aumento dos indicadores de confiança na indústria transformadora e nos serviços, a par da redução dos indicadores de confiança na construção e no comércio.

No mercado de trabalho, em janeiro do corrente ano, as estimativas provisórias do INE apontaram para um aumento homólogo de 4,7% no emprego, para uma diminuição de 12,2% no desemprego, com correspondência numa taxa de desemprego de 6% (-1 p.p. que em janeiro de 2021), e numa taxa de subutilização do trabalho de 11,7% (-2,3 p.p. que em janeiro de 2021).

Os índices setoriais do número de horas trabalhadas continuaram na trajetória ascendente, mas permanecem abaixo dos níveis pré-pandémicos de 2019: em janeiro de 2022, registou-se um aumento homólogo no número de horas trabalhadas de +7,1% no comércio a retalho (decréscimo de -7,2%, face a janeiro de 2019); na indústria, o aumento no índice de horas trabalhadas foi de +2,1% (mas correspondente a uma quebra de -4,7% face a 2019).

A evolução favorável dos indicadores disponíveis evidenciava-se quer ao nível do consumo, quer ao nível do investimento e são referentes a períodos ainda anteriores ao início da Guerra na Ucrânia:

i) Na componente do consumo:

- Os movimentos realizados na rede multibanco (levantamentos, pagamentos de serviços e compras, em valor) mantiveram a tendência crescente: no conjunto do passado ano aumentaram 12,3% e no mês de janeiro do corrente ano, face a janeiro de 2021, aumentaram 24,1% (e +4,3%, face a janeiro de 2020 - mês anterior à pandemia)
- No sector automóvel, assistiu-se a uma trajetória descendente nas matrículas de automóveis ligeiros (novos), ao longo dos vários meses de 2021. Em janeiro e fevereiro de 2022, registando-se uma evolução menos desfavorável face aos meses homólogos em 2021 (-2% e +39%, respetivamente), face aos meses de janeiro e fevereiro de 2020, anteriores ao início da pandemia, as variações foram de -32% e -43%, respetivamente

- o índice de volume de negócios (IVN) do comércio a retalho, no conjunto do ano de 2021, registou um acréscimo homólogo de 4,2%, face a 2020, e de 0,8%, face a 2019 (ano anterior à pandemia). No primeiro mês do corrente ano, registou um aumento homólogo de 10,4%, face a janeiro de 2020 (anterior ao início da pandemia)
- as vendas de gasolina (em toneladas) de janeiro a dezembro, aumentaram 6,9% face a 2020, mas decresceram -11%, face a 2019. Em janeiro do corrente ano ficaram 33% acima das vendas de gasolina em janeiro de 2021, mas 9,8% abaixo das vendas em janeiro de 2020

ii) Na componente do consumo:

- Nos veículos comerciais ligeiros, no conjunto do ano de 2021, as matrículas aumentaram 10,1% face a 2020, e ficaram 17,9% abaixo face a 2019
- As matrículas dos veículos pesados novos registaram em 2021 um acréscimo homólogo de 21,3%, face a 2020, e um decréscimo de -13,1% face a 2019
- As vendas de cimento no mercado interno, segundo o índice de vendas do Banco de Portugal, no conjunto do ano de 2021 aumentaram 5,8%, face a 2020, e registaram um acréscimo de 17%, face a 2019. Em janeiro de 2022 aumentaram +13,8% face a janeiro de 2021 e +10,8% face a janeiro de 2020
- a importação de máquinas, partes e acessórios, manteve também uma dinâmica crescente nos últimos três meses de 2021. Em dezembro a variação homóloga mensal foi de 20,4%, face a dezembro de 2021 e de +23,5%, face a dezembro de 2019. No conjunto do ano de 2021 cresceram 13,6%, face a 2020 e 7,9% face a 2019
- o índice de produção industrial (IPI) dos bens de investimento depois de em dezembro ter registado um acréscimo homólogo mensal de +4,3%, face a dezembro de 2021, em janeiro do corrente ano voltou a registar um decréscimo homólogo mensal de -9,1% (face a janeiro de 2021). Comparando a sua evolução com o período anterior à pandemia, em dezembro decresceu -10,6% face a dezembro de 2019, e em janeiro decresceu -9,1% face a janeiro de 2020. A evolução negativa do IPI dos bens de investimento, em janeiro último, resultou sobretudo da evolução desfavorável na indústria automóvel.

No Turismo, apesar da actividade ter evoluído mais favoravelmente ao longo de 2021, com um aumento no número de dormidas no alojamento turístico de 45%, face a 2020, o setor manteve-se ainda bastante aquém dos níveis de atividade anteriores à pandemia: o número total de dormidas registou um decréscimo de -46,6%, face a 2019. Em janeiro do corrente ano as dormidas ficaram claramente acima das de janeiro de 2021 (mês de

confinamento devido à pandemia), mas correspondente a um decréscimo de 39% face às dormidas registadas em janeiro de 2019, no ano anterior à pandemia.

Em termos regionais, a área metropolitana de Lisboa é aquela que se mantém com uma distância maior ao nível de atividade anterior à pandemia, com as dormidas a registarem em 2021 um decréscimo de cerca de 58% face às dormidas registadas em 2019.

À semelhança da atividade turística no país, também a atividade do Transporte Aéreo em 2021 recuperou, face a 2020, apesar de ter permanecido muito abaixo do nível de atividade do período anterior à pandemia.

No conjunto do ano de 2021 o número de passageiros movimentados nos aeroportos nacionais aumentou 39% face a 2020, mas correspondendo a um decréscimo de -57,4%, face a 2019.

No mesmo período, o movimento aéreo de carga e correio (em toneladas) aumentou 29,8%, face a 2020, correspondendo a um decréscimo de -9,4%, face a 2019.

Ao nível da facturação das empresas observou-se em 2021 uma evolução mais favorável na indústria e no comércio a retalho, retomando os níveis anteriores à pandemia, e também nos Serviços, embora neste caso ainda aquém dos níveis pré pandémicos.

O índice de volume de negócios (IVN) da **indústria** do INE, em janeiro do corrente ano, registou um acréscimo homólogo de +18,8%, face a janeiro de 2021, e de +8,1%, face a janeiro de 2020. No conjunto do ano de 2021 registou um aumento de 15,1%, face a 2020, e de +2,7% face a 2019.

No **comércio a retalho**, o IVN em 2021 cresceu +4,2%, face a 2020, e +0,8%, face a 2019. Em janeiro do corrente ano, a variação face a janeiro de 2021 foi de +10,4%, sendo necessário ter em conta o efeito de base, dado comparar-se a um mês de confinamento, e corresponde ainda a um decréscimo de -0,5%, face a janeiro de 2020 (ainda anterior à pandemia).

Ao longo do ano de 2021, conforme tinha já ocorrido em 2020, a evolução positiva no comércio a retalho decorreu sobretudo da evolução positiva do comércio a retalho alimentar, que cresceu 3% face a 2020 e 5% face a 2019, e do retalho não alimentar que cresceu 5,2% face a 2020, apesar de ter ainda diminuído -2,6%, face a 2019. Por outro lado, a evolução foi favorável no retalho não especializado (face a 2019 cresceu 6,6% no retalho não especializado não alimentar, e 8,7% no retalho não especializado não alimentar), ao contrário da evolução desfavorável no retalho especializado alimentar e não alimentar.

IVN Comércio por Grosso



+12,1%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Novembro 2021

+21%

Acréscimo homólogo
Novembro 2021

IVN Comércio e Reparação Automóvel



+7,6%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Novembro 2021

+11,8%

Acréscimo homólogo
Novembro 2021

Automóveis Passageiros Ligeiros novos - matrículas



+0,8%

Acréscimo homólogo
Janeiro a Dezembro 2021

Mercado de Trabalho



+2,7%

Acréscimo homólogo total
de empregados
Janeiro a Dezembro de 2021

-3,4%

Decréscimo homólogo total
de desempregados
Janeiro a Dezembro de 2021

Índice do Número de Horas Trabalhadas



+2,2%

Acréscimo homólogo no Comércio
a Retalho - Janeiro a Dezembro 2021

-0,4%

Decréscimo homólogo nos Serviços
Janeiro a Dezembro 2021

O IVN do setor dos **Serviços** (excluindo o comércio a retalho) registou um crescimento de 10,5%, face a 2020, representando um decréscimo de -6,9% face a 2019. No conjunto dos 9 primeiros meses do ano, o aumento do IVN foi de 7,6% face a 2020, mas mantém-se aquém do nível de 2019, correspondendo a um decréscimo de -1,8% face a 2019. Com exceção das Atividades postais e de Courier, das Telecomunicações, das Atividades de edição, da Consultoria e programação informática, das Atividades dos sistemas de informação, das Atividades de investigação científica e das Atividades relacionadas com edifícios, plantação e manutenção de jardins, todas as restantes áreas de serviços mantiveram-se no conjunto do ano de 2021 abaixo dos níveis de atividade anteriores à pandemia, com decréscimos consideráveis no volume de negócios, face ao nível de 2019.

No **mercado de trabalho** também se registou uma evolução favorável ao longo de 2021, com o emprego a registar um aumento de +2,6%, face a 2020, embora por comparação com 2019 a recuperação tenha sido ainda pouco expressiva: de apenas +0,8%.

Consonante com a evolução favorável do emprego, nos últimos dois trimestres do ano assistiu-se à redução do número de desempregados, com uma variação homóloga de -11,4% no 4º trimestre de 2021, correspondente a -6,2%, quando comparado com o 4º trimestre de 2019. No conjunto do ano o desemprego reduziu-se -3,4%, face a 2020, e -0,2%, face a 2019. A taxa de desemprego em 2021, de 6,6%, desceu 0,6 pontos percentuais (p.p.) face a 2020, coincidindo com a taxa de desemprego observada em 2019.

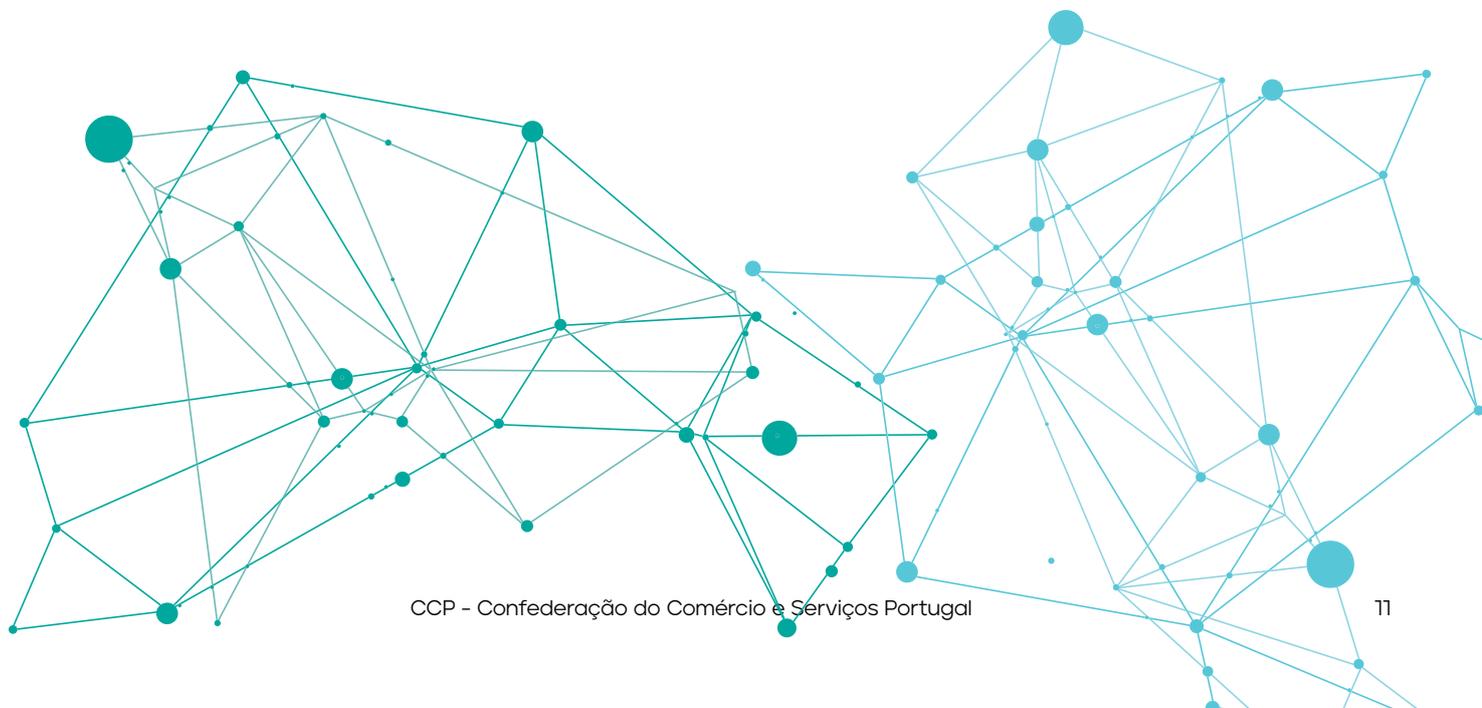
A taxa de subutilização do trabalho, de 12,5%, desceu 1,6 p.p., sendo já inferior à de 2019 (12,9%).

Requer particular atenção o desemprego jovem, no qual, contrariamente ao desemprego global, a evolução foi desfavorável: a taxa de desemprego dos jovens com idades entre 16 e 24 anos, voltou a aumentar em 2021, para 23,6% (compara com 22,5% e 18,3%, em 2020 e 2019, respetivamente), tal como a taxa de desemprego nos indivíduos com idade entre 25 e 34 anos, de 9,2%, se mantém acima da de 2019 (coincide com os 9,2% em 2020, e compara com 7% em 2019).

Em termos setoriais, destaca-se a evolução bastante favorável no emprego das actividades de informação e comunicação (+18,4%, face a 2020 e +31,3% face a 2019), das actividades financeiras e de seguros (+26,9%, face a 2020 e +24,4%, face a 2019), das actividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (+13,8%, face a 2020 e +19,8% face a 2019), na Administração pública e defesa; segurança social obrigatória (+14,1% face a 2020 e +10,4%, face a 2019), da Educação (+9,8%, face a 2020 e 10,9%, face a 2019) e das actividades de saúde humana e apoio social (+6% face a 2020 e +7% face a 2019).

Mantêm-se as dificuldades nos sectores mais afectados pela pandemia: o Alojamento, restauração e similares (-16,3%, face a 2020 e -23,8% face a 2019), nos "outros serviços", nos quais se incluem os serviços pessoais (-20,2%, face a 2020 e -18,2% face a 2019) e nas actividades administrativas e dos serviços de apoio (-7% e -15,3%). Na Indústria Transformadora o emprego diminuiu -0,9%, face a 2020 e -3%, face a 2019.

No sector do Comércio o emprego aumentou 5,9% face a 2020, encontrando-se praticamente ao nível de 2019 (+0,1%); nos Transportes e Armazenagem aumentou 2,7% (-0,6%, face a 2019) e na Construção aumentou 2,8% (+0,3% face a 2019). No sector da agricultura e pescas o emprego aumentou 1,2% face ao ano anterior, mas correspondendo a uma redução de -2,5% face a 2019. ●





A EVOLUÇÃO E AS PREVISÕES PARA A ECONOMIA: OS NÚMEROS DA COMISSÃO EUROPEIA

(Projeções anteriores ao início da Guerra da Ucrânia)

EVOLUÇÃO DO PIB

(em %)

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Portugal	3.5	2.8	2.7	-8.4	4.9	5.5	2.6
U.E.	2.8	2.1	1.8	-5.9	5.3	4.0	2.8

Q. 1. Evolução comparada de Portugal e da U.E.

1. DESTAQUES DO CRESCIMENTO ECONÓMICO APRESENTADO

Após ter, durante 3 anos, crescido acima da média da U.E. (2017-19) Portugal regista no acumulado 2020-2021 um diferencial negativo de 2,9 p.p. em relação à U.E.. O nosso país ainda está a -3,5 p.p. de recuperar da quebra de 2020, enquanto a média da União apenas entra em 2022 com -0,6 p.p. daquela quebra).

Em 2021, Portugal com um crescimento de 4,9% (valores ainda provisórios) voltou a ficar abaixo da U.E. (ou a zona euro) que cresceu 5,3%, sendo de relevar que, no último ano no conjunto de países (10) mais afectados pelo impacto da crise em 2020 (com quebras do PIB acima dos 5%), só a Áustria e a República Checa crescem menos do que Portugal.

Ainda em relação aos números registados em 2021, descontando a Irlanda que apresentando um crescimento a dois dígitos, regista um dos maiores

valores a nível mundial mas cujo rigor contabilístico vem sendo alvo de análises críticas, que questionam o método de cálculo utilizado no PIB que se afigura estar sobrevalorizado (em artigo do Jornal Expresso Jorge Nascimento Rodrigues refere que em 2021 essa sobrevalorização pode ter atingido mais de 200 mil milhões de euros sem o que o crescimento do PIB baixaria para 4,7%), são de destacar o elevado crescimento de 2 países que vinham tendo nos últimos anos (década passada) crescimentos claramente abaixo dos de Portugal e que apresentam no último ano variações positivas do PIB significativas, referimo-nos à Grécia (8,5%) e à Itália (6,5%).

As previsões para este e para o próximo ano feitas pela C.E colocam Portugal a registar uma aceleração económica em 2022 com uma variação do PIB de 5,5% (alinhada com a previsão do Relatório da P.O.E. para 2022 do Governo), mas em 2023, segundo a C.E., teremos de novo um crescimento inferior ao da média da U.E. (2,6% contra 2,8%).

Variação do PIB em %

	2021	2022
U.E	5.3	4.0
Bélgica	6.1	2.7
Alemanha	2.8	3.6
Estónia	7.5	3.1
Irlanda	13.7	5.5
Grécia	8.5	4.9
Espanha	5.0	5.6
França	7.0	3.6
Itália	6.5	4.1
Chipre	5.3	4.1
Letónia	4.7	4.4
Lituânia	4.8	3.4
Luxemburgo	7.0	3.9
Malta	5.9	6.0
Holanda	4.3	3.0
Áustria	4.7	4.3
PORTUGAL	4.9	5.5
Eslovénia	6.9	3.8
Eslováquia	3.0	5.0
Finlândia	3.5	3.0
Zona Euro	5.3	4.0

PIB Portugal (Var.%)

4,9
2021

5,5
2022

Fonte: Comissão Europeia, Fev.2022)

Q.2. Evolução das Economias da Zona Euro em 2021 e Previsão para 2022

2. O PROBLEMA DA INFLAÇÃO

Em matéria de inflação, Portugal, após ter registado uma descida do seu índice em 2020 (-0,1%), foi um dos únicos três países da zona euro que em 2021 tiveram um aumento desta abaixo de 1%, com 0,9% (melhor só fizeram Malta com 0,7% e a Grécia com 0,6%).

Para 2022, as previsões no conjunto da zona euro (e da U.E. no seu todo) é de subida, com os números da C.E. para Portugal a apontarem para um aumento de 2,3%, ainda abaixo da previsão para o conjunto da zona euro (+3,5%), mas registando já uma tendência de aproximação da média dos países do euro.

Nas principais economias do euro, destaca-se a tendência de uma subida, acima da média, por parte da Alemanha com 3,2% em 2021 e uma pre-

visão de 3,7% para este ano. Das restantes maiores economias europeias da zona euro (França, Espanha e Itália) nenhuma atinge este aumento de inflação, se bem que a Itália tenha uma previsão para 2020, 0,1 p.p. acima.

Considerando as previsões para 2023, verifica-se da parte da C.E. a convicção de que a dinâmica inflacionista não se irá manter, e registar-se-ão valores abaixo dos 2% no próximo ano (1,7% de inflação média na zona euro), com Portugal a ficar, novamente, abaixo da média com um valor previsto de 1,3%.

Convém, contudo, reafirmar que estas previsões ocorreram antes do despoletar da Guerra na Ucrânia pelo que seguramente as mesmas não deixam de ser revistas em alta. ●

(em % de variação homóloga)

	2021	2022	2023
U.E.	2.9	3.9	1.9
Bélgica	3.2	4.3	1.3
Alemanha	3.2	3.7	2.1
Estónia	4.5	6.1	2.1
Irlanda	2.4	4.6	2.5
Grécia	0.6	3.1	1.1
Espanha	3.0	3.6	1.1
França	2.1	2.8	1.7
Itália	1.9	3.8	1.6
Chipre	2.3	2.6	1.2
Letónia	3.2	5.9	0.9
Lituânia	4.6	6.7	2.2
Luxemburgo	3.5	3.8	1.5
Malta	0.7	2.1	1.9
Holanda	2.8	4.0	1.4
Áustria	2.8	3.3	2.2
PORTUGAL	0.9	2.3	1.3
Eslovénia	2.0	3.7	2.1
Eslováquia	2.8	6.4	2.4
Finlândia	2.1	2.6	1.9
Zona Euro	2.6	3.5	1.7

0.9%
2021

2.3%
2022

1.3%
2023

Q.3. A Inflação registada e prevista na Zona Euro

Fonte: C.E. (Fev. 2022)



AS POLÍTICAS

OS HIATOS PROVOCADOS POR UM PAÍS À ESPERA DE UM NOVO GOVERNO

OS CONSTRANGIMENTOS DE MEIO ANO SEM ORÇAMENTO DE ESTADO

1. Já por diversas vezes tivemos oportunidade de nos pronunciarmos sobre o impacto na economia do atraso na tomada de posse do novo Governo e no conseqüente atraso na aprovação do Orçamento do Estado para 2022. Mas, à medida que o tempo passa e que se torna evidente que a guerra na Ucrânia terá um impacto significativo, embora ainda não mensurável em toda a sua extensão, no desenvolvimento da economia, mais se tornam patente os constrangimentos que decorrem da inexistência de um Governo e de uma Assembleia da República na plenitude das suas funções.

Se há pouco menos de um mês, não tínhamos dúvidas de que haveria problemas com estes atrasos, neste momento as questões são bem mais complexas. O maior constrangimento está, neste momento, na incapacidade de se definir uma resposta célere e eficaz a alguns dos problemas com que a economia já está confrontada, em particular o aumento dos preços dos combustíveis. Sem Assembleia da República, as medidas que o actual Governo pode tomar são necessariamente meros paliativos para uma situação que se irá agravar e, sem dúvida, perdurar no tempo. Com efeito, a

adopção de medidas necessárias como a redução do IVA que incide sobre os combustíveis, ou qualquer alteração nos impostos especiais sobre o consumo, precisa do Governo e da Assembleia da República a funcionarem normalmente. Poderemos ter, inclusivamente, uma situação peculiar de não conseguir implementar imediatamente medidas de natureza fiscal que venham a ser aprovadas na União Europeia, agravando a situação das empresas que operam em Portugal.

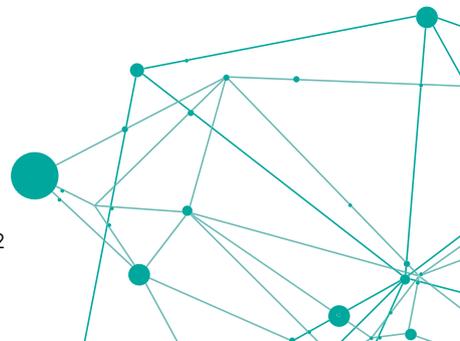
A estes constrangimentos, somam-se outros dois problemas concretos: os atrasos nos pagamentos do Estado aos seus fornecedores, agravando uma situação que é crónica de atrasos de pagamento; Os relacionados com eventuais actualizações de contratos públicos, tendo em conta, por exemplo, o aumento da remuneração mínima mensal garantida.

Igualmente preocupantes são os problemas relacionados com a execução dos vários pacotes financeiros de que o País beneficia. Sabemos que a execução dos programas do PT2020, está com dificuldades porque a gestão orçamental através de duodécimos limita a concretização da despesa mensal dos vários programas, situação que se agravará nos próximos meses. E, relativamente ao PT2030, sabemos que o Acordo de Parceria foi aprovado em Conselho de Ministros de 03 de Março, o que é positivo, embora não se perceba porque decidiu o Governo, ainda em "gestão", enviá-lo agora para Bruxelas, quando suspendeu esse envio aquando do chumbo do OE para 2022. De qualquer forma, há ainda um longo caminho a percorrer até que os vários programas operacionais estejam em funcionamento, apesar de o Governo ter já admitido estar a recorrer a mecanismos de antecipação de verbas do PT2030 para algumas medidas. E, finalmente, quanto ao PRR, sabemos que o mesmo está muito alavancado no investimento público, com reflexos naturalmente no sector privado. O facto de não haver Orçamento que, apesar do financiamento ser feito a 100%, permita dotar os organismos públicos dos instrumentos, que se revelem necessários à execução dos vários programas, constitui um constrangimento adicional.

2. Independentemente dos atrasos começa também a ser evidente que o orçamento apresentado em Outubro do ano passado terá que ser revisto. Com um novo cenário de evolução da economia terão que ser tomadas medidas que evitem que um conjunto de sectores fundamentais para a economia, entrem em profunda crise. A frase que ouvimos a alguns Governantes há uns meses atrás de que "a boa notícia é não haverá más notícias em 2022", não pode ser já a bitola para a elaboração do Orçamento do Estado para 2022. As empresas vão mesmo precisar de medidas efectivas para compensar aumentos tão expressivos como os que se estão a registar nos combustíveis, na energia, nas matérias-primas. Mas também a nível fiscal é fundamental reforçar o estímulo ao investimento e à capitalização das empresas.

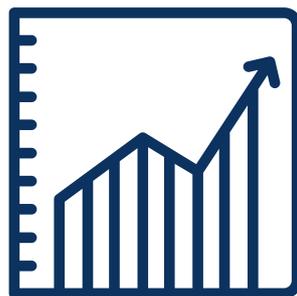
3. Mas não é apenas em termos orçamentais que o Governo deve dar um sinal que percebe a complexidade desta situação para um país tão exposto ao contexto externo. Na elaboração do programa de governo vários dos objectivos expressos no programa de candidatura do Partido Socialista devem agora ser bem ponderados. Estamos a falar, por exemplo, nas medidas para fazer face às alterações climáticas ou na agenda do trabalho digno.

Sobre a agenda do trabalho digno, em anteriores boletins tivemos oportunidade de sintetizar as posições da CCP. O que nos parece hoje evidente é que o Governo não se pode limitar a apresentar, novamente, na concertação social, o texto que colocou em consulta pública no final de Outubro do ano passado. E não o deve fazer, antes de mais, porque esta agenda terá necessariamente que ser discutida em paralelo com uma agenda económica que coloque o crescimento como uma das prioridades do País, sem esquecer que poderá ser necessário adoptar medidas pontuais e transitórias para resolver os problemas decorrentes da actual situação. Mas a própria discussão na concertação social sobre uma agenda do trabalho digno deverá começar do ponto zero, de forma a construir soluções que sejam benéficas para empresas e trabalhadores. Não houve uma efectiva discussão o ano passado sobre este tema, limitando-se o Governo a apresentar propostas que pouco ou nada evoluíram face aos argumentos apresentados, nomeadamente, pela CCP.



Recorde-se que a Agenda do Trabalho Digno não contempla nenhum ponto a pensar na melhoria do funcionamento das empresas e representa um retrocesso em matérias acordadas em concertação como o período experimental. A agenda contempla pontos que consideramos manifestamente excessivos a vários níveis. Desde logo, as medidas que não chegaram a ir à concertação social, as designadas "novas medidas", nomeadamente, as relativas ao aumento das compensações nos contratos a termo e o aumento do valor a pagar pela prestação de trabalho suplementar. Mas outros exemplos podem ser dados, como as soluções previstas para o trabalho em plataformas digitais ou para o trabalho temporário.

Em síntese, a nova legislatura irá começar num clima de grande incerteza o que exigirá do Governo uma grande sensibilidade para os problemas com que a generalidade das empresas se irá confrontar, muitas das quais ainda não refeitas do impacto da crise pandémica. ●



"As empresas vão mesmo precisar de medidas efectivas para compensar aumentos tão expressivos como os que se estão a registar nos combustíveis, na energia, nas matérias-primas."



O DESAFIO DEMOGRÁFICO E AS POLÍTICAS QUE PODEM FAZER A DIFERENÇA

O demógrafo J. Manuel Nazareth podia afirmar em 1985 que Portugal era o país mais jovem da Europa¹. O envelhecimento da população, que se tornara evidente a partir dos anos 60, era bastante mais moderado do que no resto do continente europeu, fruto de uma natalidade e de uma mortalidade mais elevadas. A população tinha vindo a aumentar ao longo do século XX, e mais rapidamente durante a década de 70, embora com as conhecidas assimetrias regionais entre litoral e interior, entre Norte e Sul. Em 1980, os jovens (0-14) representavam 26% da população e os idosos (65+) 11%.

Hoje em dia, todas as estatísticas apontam para um dado indelével: Portugal é um dos países

mais velhos da Europa e ameaça tornar-se dentro de décadas o mais velho da Europa e um dos mais velhos do Mundo. O que se passou nestes 40 anos que tenha alterado de tal forma as perspectivas de evolução da nossa população? As transformações de natureza sociocultural foram muito rápidas, com implicações visíveis em duas importantes tendências demográficas. A primeira foi o aumento da esperança média de vida, resultante da melhoria dos cuidados de saúde e das condições de higiene e de vida em geral, que passou de 71 para 81 anos entre 1980 e 2020. A segunda foi a queda contínua da natalidade, em resultado da crescente participação da mulher no mercado de trabalho, do aumento da urbanização e da ra-

¹ J. Manuel Nazareth - "A demografia portuguesa do século XX: principais linhas de evolução e transformação", in *Análise Social*, vol. XXI, 1985.

refação do modelo de família tradicional. O índice sintético de fecundidade² desceu abaixo do limiar de reposição das gerações (2,1) nos primeiros anos da década de 80, para atingir nos dias de hoje um dos níveis mais baixos do mundo ocidental: 1,45. Portugal conheceu até 2007 uma época longa em que a população ia ao mesmo tempo envelhecendo e aumentando. Desde esse ano, porém, Portugal tem visto a sua população regredir em termos absolutos ao mesmo tempo que se agrava a tendência para o envelhecimento. Em 2020, os jovens representavam 13,5% da população e os idosos 23%.

As projeções mais recentes³ apontam para uma queda da população residente de 17,5% até 2070, o que, a confirmar-se, significaria um recuo para o nível dos anos 60: 8,5 milhões de habitantes. O índice de dependência - o número de idosos em cem indivíduos em idade ativa - mais do que duplicaria, passando dos atuais 35 para 72,3 em 2070. A queda da população ativa poderá cifrar-se em 28%, o que representaria uma redução da força de trabalho próxima dos 1,4 milhões. O que torna estas projeções ainda mais alarmantes é o fato de estarem baseadas em duas hipóteses benignas. A primeira é que a taxa de fecundidade em Portugal evolua em convergência com a média europeia, podendo atingir a média de 1,6 filhos por mulher em idade fértil dentro de 4 décadas.

A segunda hipótese é que o saldo migratório seja positivo no conjunto do período. É verdade que os movimentos migratórios poderiam contrariar a evolução negativa dos saldos naturais. Porém, o saldo migratório tem evoluído por ciclos: positivo quando as condições económicas são favoráveis e atrativas, como entre 1992 e 2010, e negativo no caso oposto, como entre 1982 e 1992 e de novo entre 2010 e 2016. Desde 2007, o saldo migratório agregado foi nulo.

A rapidez com que se operaram estas transformações fez com que durante muito tempo as suas consequências fossem menosprezadas ou mesmo ignoradas. Todavia, nos anos mais recentes, à medida que o recuo populacional se repetia de ano para ano, o desafio demográfico passou a fazer parte dos temas obrigatórios de análise e reflexão estratégicas. Tanto nos documentos oficiais (programas de Governo, propostas de Orçamento, Programas Nacionais de Reforma, PRR, Estratégia 2030), como nos das organizações políticas e da sociedade civil, o tema tem vindo a assumir um

importância crescente. Recentemente, o CES publicou um parecer de iniciativa sobre o tema das políticas de natalidade⁴, e o CNCP - Conselho Nacional das Confederações Patronais - apontou o desafio demográfico como um dos desafios fundamentais numa ótica de crescimento sustentado e equilibrado, apelando a políticas de natalidade e a uma política de imigração económica para os setores mais necessitados de recursos humanos⁵.

Agindo em simultâneo, o envelhecimento e o declínio populacional produzem consequências negativas para o crescimento económico potencial na medida em que reduzem a disponibilidade dos fatores de produção e a capacidade de inovação concentrada nas gerações mais jovens. Segundo as projeções já citadas, seria necessário que Portugal aumentasse a produtividade do trabalho 2% ao ano (acima da média europeia), para que pudesse compensar a queda da população ativa e fazer o PIB crescer entre 1% e 1,5% ao longo da próximas décadas.

O desafio demográfico põe em risco a sustentabilidade do Estado Social. Sendo o sistema contributivo de pensões financiado por contribuições baseadas na massa salarial segundo o modelo de repartição, esperam-se défices recorrentes em consequência da queda do número de contribuintes e do aumento do número de pensionistas, cujo rácio, atualmente de 191, deverá passar para 126 em 2050. O aumento mais acentuado da despesa pública é esperado nos setores de cuidados de saúde e cuidados continuados, para os quais se projeta um aumento de 2 pontos percentuais do PIB até 2050, em resultado não só do envelhecimento populacional como também do impacto da inovação tecnológica nos preços dos equipamentos e medicamentos e do défice atual de equipamentos.

Serão as transformações demográficas que estamos a observar irreversíveis, ou será possível através de políticas de apoio à natalidade e à imigração reverter o processo de envelhecimento e de declínio populacional? E não o sendo, que alternativas nos restam para mitigar o respetivo impacto sobre o crescimento económico e a sustentabilidade do Estado Social?

O sucesso relativo encontrado por vários países europeus nas suas políticas de apoio à natalidade (países nórdicos, França, Alemanha)⁶ encoraja-nos a procurar inspiração nos respetivos modelos, e a

² Número médio de filhos por mulher em idade fértil.

³ European Commission, "The 2021 Aging Report - Economic and budgetary projections for the EU Member States (2019-2070)"

⁴ "A Natalidade em Portugal: uma questão política, económica e social", Parecer de iniciativa do CES, 2022.

⁵ "Desafios e ambição para a Legistatura", CNCP, 2022.

⁶ CES, op. cit.

investir em estratégias integradas que articulem medidas de conciliação negociada de trabalho e vida familiar, extensão das licenças parentais, benefícios fiscais e financeiros, melhor acesso a creches e outros serviços de apoio às famílias, facilitação do arrendamento a casais jovens. Todavia, este tipo de políticas só produzirá efeitos económicos a longo prazo, e mesmo que consigam inverter a curva descendente da fecundidade e reduzir os saldos naturais negativos, parece ser irrealista, face à profundidade das transformações socio-culturais em presença, antecipar o retorno ao nível de reposição das gerações. Serão sempre por conseguinte políticas necessárias, mas longe de serem suficientes.

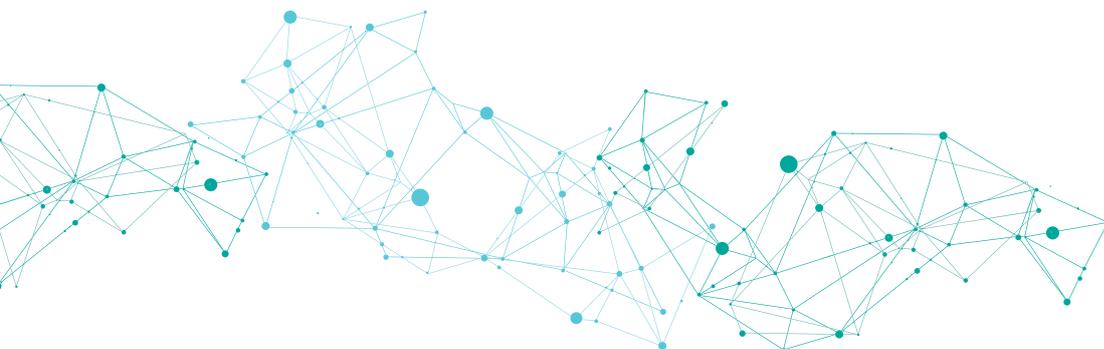
Um número crescente de países tem vindo a pôr em prática políticas destinadas a atrair imigrantes altamente qualificados. Portugal, pelo nível relativamente baixo dos seus salários, elevada carga fiscal e excessiva burocracia, não parece estar especialmente dotado para sair vencedor nesta competição à escala global.⁷ O que não significa que não se tente privilegiar certas regiões ou países com os quais temos afinidades recentes ou de língua. Pacotes de medidas integrando concessão de vistos preferenciais, benefícios fiscais, apoio ao reagrupamento familiar, poderiam contribuir para reequilibrar o *mix* dos fluxos migratórios, demasiado concentrado em mão de obra de baixa qualificação e temporária. Porque não substituir o Visto Gold, gerador de fortes desequilíbrios no mercado imobiliário, por um Visto Skill direcionado a jovens com elevadas qualificações? Mas o passado recente sugere-nos que a melhor política para atrair imigrantes e atingir saldos migratórios positivos é ... o crescimento económico, pois como vimos os fluxos migratórios estão correlacionados com o emprego e a atividade económica.

Se não se pode esperar mais das políticas demográficas do que uma mitigação das tendências negativas projetadas, resta-nos como alternativa agir através de políticas noutras áreas que ajudem a sociedade portuguesa a adaptar-se ao inverno demográfico por que inevitavelmente terá de

passar. A primeira das prioridades deverá ir para o aproveitamento das potencialidades da chamada Economia da Longevidade, o conjunto das atividades económicas que respondem às necessidades das pessoas com mais de 50 anos, incluindo não só os produtos e serviços que eles adquirem diretamente como também as atividades geradas por esta despesa, e que representa cerca de 30% do PIB da UE. Justifica-se apostar em políticas mobilizadoras de iniciativas destinadas a tornar Portugal um *hub* global na oferta de serviços qualificados e direcionados à população sénior nas áreas do lazer, do turismo, da habitação, dos cuidados de saúde, incluindo os preventivos, tirando partido das nossas vantagens em termos de clima, segurança e hospitalidade.

Serão também necessárias políticas reformistas nas áreas críticas do Estado Social na perspetiva do envelhecimento - o sistema de pensões e o sistema de saúde. Na primeira, a fim de diversificar as fontes de financiamento reduzindo a importância que ainda ocupam as receitas contributivas baseadas na massa salarial, e aproximando o sistema de pensões dos modelos mistos de repartição-capitalização dominantes na Europa. Na segunda, a fim de aumentar a eficiência do sistema de saúde, que, gastando mais de 10% do PIB à imagem dos países do Norte da Europa, está longe de proporcionar os serviços de qualidade que os caracterizam.

Tão importante como adotar políticas públicas de qualidade para enfrentar o desafio demográfico é recusar à partida projetos que, pretendendo solucionar o problema da baixa natalidade, contribuiriam de fato para o seu agravamento. É o caso da redução do período normal de trabalho. Num país confrontado com a perspetiva de queda acentuada da força de trabalho e baixos níveis de produtividade, querer reduzir o tempo de trabalho de modo generalizado significaria comprometer o crescimento potencial imediato na expectativa de vir a recolher dentro de 20 anos os benefícios de um hipotético aumento da natalidade gerado pelo aumento do tempo de lazer. ●



⁷ Numa classificação recente realizada pela OCDE, Portugal aparece em 22. lugar na atração de trabalhadores altamente qualificados e em 23. lugar na de empresários, entre 34 países. OECD, *Migration Policy Debates* n. 19, maio de 2019.

As projeções mais recentes apontam para uma queda da população residente de

-17,5 Até 2070

o que, a confirmar-se, significaria um recuo para o nível dos anos 60:

8,5 milhões
de habitantes

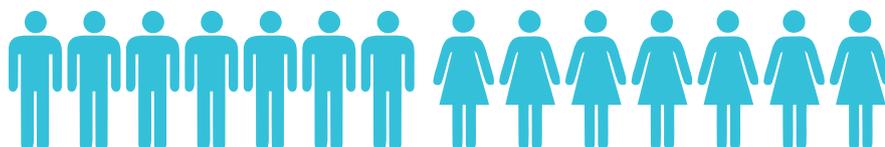
O índice de dependência - o número de idosos em cem indivíduos em idade ativa - mais do que duplicaria, passando dos atuais 35 para

72,3 em 2070

A queda da população ativa poderá cifrar-se em

-28%

28%, o que representaria uma redução da força de trabalho próxima dos 1,4 milhões.





CONSUMO SUSTENTÁVEL DE BENS

PROMOVER A REPARAÇÃO E A REUTILIZAÇÃO

A Comissão Europeia, através da sua Direção-Geral da Justiça e dos Consumidores (DG JUST) lançou um processo de consulta sobre uma proposta legislativa, a qual - a ser aprovada - promoverá uma alteração da Diretiva relativa à Venda de Bens e, possivelmente, uma nova proposta legislativa distinta sobre o direito à reparação.

Esta proposta legislativa insere-se na visão de que o consumo não sustentável de bens, conducente à produção de uma quantidade crescente de resíduos, é uma das principais causas de impactos negativos no ambiente mundial; a proposta encontra, ainda, o seu contexto no âmbito da nova

agenda do consumidor e do plano de ação para a economia circular, da União Europeia, os quais visam promover a reparação e incentivar bens mais sustentáveis.

O Parlamento Europeu havia, já, instado a Comissão a encorajar os consumidores e as empresas a fazerem escolhas sustentáveis, a garantir aos consumidores um direito à reparação e a alterar a Diretiva relativa à Venda de Bens; e o Conselho congratulou-se com a iniciativa relativa ao «direito à reparação» (adiante designada por "diretiva"), visando promover reparações mais sistemáticas, inclusive para além do período de garantia e a um custo razoável.

A Comissão considera que esta proposta produzirá sinergias com outras iniciativas, como a iniciativa em matéria de produtos sustentáveis, a iniciativa relativa à eletrónica circular e a iniciativa para reforçar o papel dos consumidores na transição ecológica, bem como com os regulamentos de execução em matéria de conceção ecológica específica para cada produto.

Mas, afinal, que problemas pretende esta iniciativa resolver?

É sabido que as empresas têm de conciliar o seu interesse económico com o aumento da produção ou fornecimento de bens ambientalmente mais sustentáveis; as iniciativas da Comissão tentarão abordar esta questão, no que se refere ao lado da oferta.

Os consumidores disporão, por outro lado, de mais informações para fazerem uma escolha sustentável no momento da escolha dos bens que pretendem adquirir.

No entanto, uma vez adquiridos os bens, a escolha do consumidor quanto à duração da sua utilização é essencial para garantir um ciclo de vida sustentável. É uma realidade que, em muitos casos, os bens adquiridos não estão a ser utilizados durante tanto tempo quanto possível e estão a tornar-se resíduos antes do fim do seu tempo de vida útil potencial.

Há estudos que demonstram que o tempo de vida útil de vários bens tem, de facto, vindo a diminuir nos últimos anos. Os consumidores têm um papel importante a desempenhar na inversão dessa tendência.

Em primeiro lugar, ao abrigo da futura diretiva, os consumidores podem escolher (durante o período de garantia) obter do vendedor a reparação ou a substituição dos bens defeituosos no momento da entrega. Na prática, os consumidores escolhem, regra geral, a substituição do bem.

Em segundo lugar, os consumidores carecem de incentivos para adquirir bens em segunda mão ou renovados. Olhando para além da diretiva, quando os consumidores não podem beneficiar dos meios de ressarcimento ao abrigo do período de garantia legal (porque, por exemplo, o defeito foi por eles causado ou o período de garantia expirou), depararam-se frequentemente com dificuldades significativas para obter a reparação dos bens, o que pode resultar na sua eliminação prematura. Os motivos incluem custos de reparação dissuasivos que, por vezes, se aproximam do preço de um bem novo ou podem chegar a ultrapassá-lo.

Os preconceitos dos consumidores relativamente a bens em segunda mão ou renovados explicam, igualmente, a diminuição do período de vida útil dos bens, afetando negativamente o ambiente.

A iniciativa em curso visa, portanto, resolver estes problemas mediante medidas pertinentes/relacionadas com os consumidores, tendo como objetivo geral prolongar a vida útil dos bens. A abordagem adotada pela iniciativa procurará ainda alcançar sinergias com outras iniciativas em curso em matéria de conceção ecológica.

Existe, contudo, a questão da necessidade prática de uma acção da União Europeia nesta matéria; a Comissão avançou com a sua proposta, por considerar que o objetivo de se prolongar a vida útil efetiva dos bens - evitando-se, simultaneamente, entraves ao comércio sob a forma de direitos nacionais vinculativos divergentes dos consumidores e de distorções da concorrência - não pode ser alcançado de forma adequada pelos Estados-Membros se estes agirem isoladamente: só uma intervenção coordenada a nível da UE pode contribuir para o bom funcionamento do mercado interno, salvaguardando a necessidade de um elevado nível de proteção ambiental e mantendo um elevado nível de defesa dos consumidores em toda a UE. Além disso, a Comissão considera que essa intervenção criará segurança jurídica para as empresas que pretendam fornecer os seus bens ou prestar serviços conexos noutros Estados-Membros.

O principal objetivo da iniciativa em questão é, pois, incentivar os consumidores a utilizar os bens de consumo durante um período mais longo, através da reparação de bens defeituosos e da aquisição de mais bens em segunda mão e renovados.

Para além do cenário de base de «manutenção da política atual», serão consideradas as seguintes opções estratégicas (as opções são cumulativas):

Opção 1) - uma *intervenção reduzida*, baseada em compromissos voluntários: incentivar as empresas a comprometerem-se voluntariamente a reparar os bens com um impacto negativo significativo no ambiente e a promover a aquisição de bens em segunda mão e renovados.

Opção 2) - uma *intervenção moderada*, baseada em duas sub-opções:

- **Alargar o período de garantia legal:**
 - para bens novos que os consumidores optem por reparar em vez de substituir; e/ou
 - para bens em segunda mão e/ou renovados (alterações à diretiva);

- Definir a reparação como a solução preferida quando for menos dispendiosa ou tão dispendiosa como a substituição (alteração da diretiva); obrigar os produtores ou vendedores a reparar os bens para além do período de garantia legal, por um preço razoável (novo direito à reparação no âmbito da diretiva ou de um instrumento separado).

Opção 3 - uma *intervenção substancial*, baseada em três sub-opções:

- Limitar a escolha dos consumidores relativa aos meios de ressarcimento, priorizando a reparação em detrimento da substituição (alteração da diretiva); obrigar os produtores ou vendedores a reparar os bens para além do período de garantia legal, em alguns casos gratuitamente (novo direito à reparação no âmbito da diretiva ou de um instrumento separado);
- Alargar o período de garantia legal para além do atual período mínimo de dois anos (alteração da diretiva);
- Permitir que o vendedor substitua os bens defeituosos por bens renovados e não por bens novos (alteração da diretiva).

Além da escolha entre estas opções, a Comissão pretende, através da sua consulta, receber opiniões sobre a necessidade e a conceção de medidas adicionais legislativas e não legislativas para promover a utilização sustentável dos bens, que poderão influenciar a atual relação entre consumidores e empresas, com o objetivo de prolongar a vida útil dos bens.

Uma questão fundamental, nomeadamente do ponto de vista das empresas, é que são previstos impactos macroeconómicos neutros: custos mais elevados para os vendedores e fabricantes em determinados setores e, simultaneamente, receitas mais elevadas devido ao aumento da procura noutros setores (por exemplo, no setor da reparação e das empresas que desempenham atividades nos mercados de segunda mão e de renovação) - ora, esta avaliação da Comissão assume prejuízos relevantes em determinados setores, pelo que tanto a SMEUnited, como a Eurocommerce - parceiros sociais europeus em que a CCP está filiada - vão seguir muito de perto este dossier.

A Comissão está, claramente, a visar um acesso mais fácil aos serviços de reparação e o alargamento dos períodos de garantia, por forma a reduzir não só a necessidade de os consumidores substituírem os bens defeituosos por bens novos, como os custos de transação e os correspondentes transtornos - a questão é qual vão ser os custos efetivos para as empresas!

O calendário indicativo para a conclusão desta proposta legislativa é o terceiro trimestre de 2022 e o envio de contributos para a consulta (que terminará a 5 de abril de 2022), bem como o acesso a informações adicionais sobre esta iniciativa poderão ser feitos através do link:

https://ec.europa.eu/info/law/better-regulation/have-your-say/initiatives/13150-Consumo-sustentavel-dos-produtos-promovera-reparacao-e-a-reutilizacao_pt ●





OS DESAFIOS

A CRISE QUE VEIO DO FRIO

Da esperança na entrada rápida num “pós-covid” para um, provável, novo ciclo longo de Guerra Fria. A solução está na qualidade das políticas de investimento associadas aos recursos já mobilizados.

À semelhança da incerteza que o COVID-19 trouxe ao mundo em março de 2020, em 24 fevereiro de 2022 a invasão da Rússia à Ucrânia veio trazer forte incerteza à evolução da conjuntura internacional e sublinhar a importância de algumas agendas que já estavam em curso e alterar, ou pelo menos questionar, a hierarquia das prioridades das políticas públicas e o contexto competitivo do tecido empresarial.

No "Ocidente" teme-se o efeito em cascata sobre as economias, existindo o receio que o aumento dos preços da energia, sendo duradouro e expressivo, provoque um choque de oferta que conduza ao aumento dos custos de produção, provocando inflação e diminuição da procura doméstica, também afetada pela crise na Ucrânia que condicionará as decisões de compra dos consumidores e retardará decisões de investimento das empresas.

Na verdade, existem vários "Ocidentes" e vários graus de risco e de dependência. Por exemplo, no EUA a recuperação pós-covid é estimulada pela procura doméstica, pela forte dinâmica do mercado de trabalho, gerando tensões inflacionistas que o FED gere subindo as taxas de juro. Tendo um setor energético exportador pode beneficiar com a subida dos preços dos combustíveis nos mercados internacionais. Na Europa as tensões inflacionistas (que se fazem sentir especialmente devido ao aumento das despesas energéticas e com a alimentação) tenderão a ser controladas pelo aumento das taxas de juro, o que trará para muitas famílias portuguesas a diminuição do rendimento disponível devido ao efeito no aumento do crédito à habitação. A forte dependência energética europeia do petróleo e gás natural russo questiona opções do passado recente e poderá ter gerado um novo ponto de inflexão associado às opções de estratégia energética, não só ao nível das origens das importações, mas também nas fontes energéticas e no ritmo de consolidação de algumas apostas ambientalmente necessárias associadas à mitigação do CO2 e do aquecimento global.

Na China, por outro lado, para gerir o abrandamento do ritmo de crescimento económico tomam-se medidas de política monetária baixando os juros e de política fiscal visando aumentar o consumo interno.

Entre múltiplos aspetos que emergem na complexidade dos dias que se vivem na Europa, sobre as opções de competitividade que enfrentamos, destacam-se de seguida três domínios para reflexão:

- Da importância do combate às alterações climáticas e a necessidade de eliminar os efeitos negativos dos gases de estufa (sem negligenciar a sua importância), evidencia-se agora, ainda mais, a necessidade de assegurar fontes energéticas alternativas e diminuir a dependência estratégica, sem esquecer a importância da fatura energética nas empresas e as suas consequências na competitividade internacional, no aumento dos custos

de produção e dos transportes, que não podem ser absorvidos pelas empresas e que se refletirão, no aumento da inflação e na perda de rendimento das pessoas. Refira-se que esta tendência já era evidente em resultado das dificuldades que já se vinham a sentir nas cadeias logísticas, consequência da escassez de algumas matérias-primas e componentes de produção, da tendência de aumento dos combustíveis e dos fretes associados aos custos de transporte. No que se refere à independência energética evidencia-se, também, a importância de ter uma abordagem sistémica numa lógica de mercado ibérico e de rede europeia, vencendo o bloqueio operacional que a França tem imposto à Península Ibérica (mais do que os Pirenéus a verdadeira vontade de promover a interligação das redes);

- Da importância da transição digital manifesta-se agora crucial a cibersegurança, sendo cada vez mais evidente que nada nem ninguém se possa considerar completamente preparado e protegido. As últimas semanas têm evidenciado a importância deste tema (que por acaso é uma das áreas de especialização do PRR espanhol). No entanto, devemos manter o foco e assegurar que a transição digital das empresas deve ser colocada, por um lado, ao serviço da qualidade de vida das pessoas, apostando na experimentação e teste de tecnologias digitais inovadoras, na valorização da sua participação numa vivência ativa da cidadania e nos desafios de transformação societal associados à sustentabilidade económica, social e ambiental e, por outro, ao serviço da capacidade competitiva das empresas num processo de adequação da sua oferta às exigências dos clientes /consumidores que, cada vez mais rápida e frequentemente, exercem o seu poder de escolha entre ofertas de base local, regional, nacional e internacional. As empresas, em especial na área do comércio e dos serviços, serão utilizadoras finais de muitas das novas aplicações, mas também as principais produtoras de soluções inovadoras nas áreas das transformação digital e transição climática.

- Da importância do reforço do investimento em áreas como a saúde, a ciência ou a inovação, para a importância de aumentar os orçamentos de defesa quer na componente de investimento, quer na componente operacional, como forma de aumentar a capacidade de dissuasão e de estar preparado para situações limite que alguns julgavam já não fazer sentido...

“No “Ocidente” teme-se o efeito em cascata sobre as economias, existindo o receio que o aumento dos preços da energia, sendo duradouro e expressivo, provoque um choque de oferta que conduza ao aumento dos custos de produção, provocando inflação e diminuição da procura doméstica...”



Nos EUA, na EU e em Portugal a poupança das famílias aumentou significativamente durante a pandemia existindo uma capacidade de acomodar transitoriamente algumas tensões e incertezas associadas ao aumento dos custos energéticos e dos bens alimentares. Em Portugal para o horizonte até 2027, os fundos estruturais negociados com a EU e que se materializam no PT2030 (22.999 mil milhões de euros), PRR (16.644 mil milhões de euros), PAC (9.769 mil milhões de euros) e RACT (2.139 mil milhões) são um bom antídoto contra cenários de crise, se usados de forma eficaz.



Como aconteceu há dois anos, as incertezas são grandes, dependendo também da duração temporal e das indefinições associados à intensidade e dimensão das clivagens que se estão a abrir. De-las decorrerão os efeitos de arrastamento sobre as economias e a profundidade das consequências para o comércio internacional e, naturalmente, para a performance da economia portuguesa.



Haja paz!... •



DESAFIOS COLOCADOS ÀS CIDADES

CINCO CHOQUES QUE AS CIDADES PODEM VIR A DEFRONTAR NO MÉDIO E LONGO PRAZO

As cidades (quer as Áreas Metropolitanas quer as cidades médias), defrontam-se em Portugal com um conjunto de desafios que resultam da convergência de cinco choques, com as oportunidades e os riscos de uma mudança tecnológica profunda.

O choque que representou a epidemia de Covid-19 - um choque epidemiológico de propagação global - permite identificar alguns desses desafios, oportunidades e riscos, embora vários deles, se não a maioria, existissem antes do choque epidemiológico, porque faltou uma correcta avaliação dos mesmos, em especial uma análise das interações desses choques detalhada.

1. Choque demográfico

Envolve o envelhecimento da população em geral e da população activa em particular, e a redução do peso demográfico dos jovens, processos que atingem as economias desenvolvidas (e mesmo a economia mundial).

Este Choque atinge as cidades por várias vias, entre elas, e a título de exemplo:

- Pela exigência crescente dos serviços de proximidade em várias áreas funcionais (saúde, serviços pessoais, comércio de retalho, etc.), para apoiarem camadas da população com menor autonomia e mobilidade ou mesmo grande dependência geral, muitas delas vivendo fora de agregados familiares e em situações de solidão angustiante;
- Pela necessidade de o mercado imobiliário proporcionar uma diversidade de soluções diferenciadas conforme o estrato etário da população (dos jovens aos idosos), e que tenham em conta o ciclo de vida das famílias com as suas diferentes fases de necessidade de espaço residencial e de propensão á poupança;
- Pela menor disponibilidade da população jovem para absorver, integrar e empregar-se em actividades que explorem as oportunidades tecnológicas que se abrem, e que demoram frequentemente mais tempo a chegar à utilização pelos mais velhos.

2. Choque de morbilidade e riscos epidémicos

Caracterizado por uma maior incidência de doenças crónicas em multimorbilidade; doenças oncológicas, doenças imunológicas e doenças incapacitantes, em parte associadas ao envelhecimento (mas também, e muito, devido a estilos de vida), num contexto em que se podem antecipar novas epidemias originadas em regiões de forte crescimento demográfico, urbanização caótica e estreita interligação desta com espaços naturais onde vivem animais que podem ser origem e/ou difusoras dessas novas epidemias (que vai ser o caso de do continente africano nas próximas décadas).

Os sistemas de saúde existentes, centrados nas cidades, não estavam preparados para esta nova configuração e as sociedades ocidentais não foram capazes de combater esta epidemia com os meios do século XXI.

3. Choque de produtividade e de mudanças ocupacionais

Nas próximas décadas, e ao contrário do que sucedeu nos últimos anos, Portugal não vai contar com população jovem e em idade de trabalhar para poder alcançar o crescimento económico que permita simultaneamente financiar os sistemas de protecção social existentes que asseguram os rendimentos da população idosa, pagar dívida pública externa deixada como herança e gerar oportunidades de emprego mais remunerado para quem trabalhe.

Portugal, para crescer economicamente, necessita de ganhos substanciais de produtividade nas actividades em que a população se empregar, porque se o fizer em actividades que combinem baixas produtividades e baixos salários, o seu crescimento continuará a ser anémico e pouco atractivo para atrair imigrantes. O que acontece em termos demográficos em Portugal não é muito diferente do que sucede com países europeus mais desenvolvidos, e que podem oferecer melhores salários, sendo mais atractivos para muitos imigrantes.

Ou seja, sem uma nova dinâmica económica, tecnológica e social a evolução demográfica tornar-se-á uma fonte de problemas de difícil solução. São as cidades que vão estar no centro dessa nova dinâmica, (pelos polos de conhecimento que disponham, pela inovação empresarial que nelas floresça e pela atracção de investimentos e de talentos no exterior que consigam obter).

4. Choque ambiental/climático

Este choque atinge em profundidade as cidades que estão na origem de parte significativa das emissões de CO2 a nível planetário, da acumulação de resíduos e lixo de natureza variada e do consumo de materiais intensivos em energia na sua produção. Nas cidades este choque coloca-se a três níveis:

- Adaptação às alterações climáticas, de que destacaríamos:

- A importância da gestão dos recursos hídricos que abastecem as cidades, com especial atenção à gestão dos aquíferos subterrâneos, encarados como reservas estratégicas do país, retirando-os de funções de alimentação de zonas intensamente irrigadas, que deverão utilizar mais águas superficiais;

“Portugal, para crescer economicamente, necessita de ganhos substanciais de produtividade nas actividades em que a população se empregar, porque se o fizer em actividades que combinem baixas produtividades e baixos salários, o seu crescimento continuará a ser anémico e pouco atractivo para atrair imigrantes.”

- A importância crucial da gestão urbana da água e dos seus efluentes (no sentido de reduzir a intensidade do consumo), por via da gestão inteligente desse consumo e da economia circular para reutilização de efluentes, e a sua utilização em funções urbanas adaptadas;
- Uma maior presença no interior das cidades de espaços verdes e de arborização, de forma a gerir o impacto de aumentos de temperatura;
- Prioridade à gestão das zonas estuarinas densamente povoadas, no sentido de conceber e construir defesas contra a subida do nível das águas, de reposicionar equipamentos e infraestruturas de base e de instalar infraestruturas de captação e armazenamento de água das chuvas.

- Mitigação das Alterações climáticas:

Integra a procura de novas soluções que reduzam o impacto dos transportes, do consumo energético residencial e do sector dos serviços relativos às emissões de CO2 das cidades.

- Mudanças nas tecnologias de edificação:

Para reformular os processos de demolição do edificado e facilitar o funcionamento da economia circular.

5. Choque na organização funcional do espaço

O processo de urbanização vai experimentar uma mudança significativa, devido ao choque demográfico e ao choque tecnológico e ocupacional em curso. Assim, a título de exemplo:

- **A expansão das áreas suburbanas**, concretizada nas últimas cinco décadas (sobretudo nas duas Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto), vai ser reduzida, ao mesmo tempo que surge a necessidade de equipar esses espaços (sobretudo residenciais) com uma rede de serviços exigidos por uma população envelhecida e, em muitos casos, mais isolada em termos familiares e com menor mobilidade;
- **A emergência do ciberespaço** vai colocar em novos termos a prestação desses serviços, que podem passar ser desempenhados (pelo menos a nível organizativo central) por entidades que não estejam na proximidade dos utilizadores, mas que tenham modelos de negócio e parcerias que facilitem uma relação directa e individual com eles.
- **A digitalização do funcionamento das cidades e de serviços básicos**, como na saúde e na educação, constituirá, para algumas delas, uma oportunidade de criar polos de competência tecnológica e empresarial presentes nos mercados externos, tornando-se num atrator de trabalhadores remotos do ciberespaço.
- **Os centros de algumas cidades, com o seu património histórico acumulado**, a qualidade dos serviços pessoais e das actividades culturais que contribuem para o seu capital simbólico, continuarão a ser polos de atracção turística, procurando envolver nessa atractividade outros territórios das suas regiões. ●



DA INVASÃO DA UCRÂNIA À IMPOSIÇÃO DE SANÇÕES À RÚSSIA: **CONSEQUÊNCIAS PARA A EUROPA**

Após quase uma década de conflito moderado entre os separatistas de Donetsk e de Luhansk com a Ucrânia (desde 2014), e depois de vários meses de tensão e incerteza, a Federação Russa decidiu invadir unilateralmente o território da Ucrânia, iniciando as suas hostilidades no dia 24 de Fevereiro, e com esta acção, deu início a uma nova era.

As consequências desta guerra não vão ficar limitadas à escala militar do conflito, nem à dimensão geográfica do território ucraniano e russo. Pelo contrário, esta guerra vai afectar de forma severa o fornecimento de matérias-primas importantes em todos os sectores de actividade.

Após as primeiras horas e dias, a maioria dos países ocidentais condenou a invasão e decidiu impor duras sanções à Rússia e aos bens e activos de alguns dos seus empresários (os oligarcas russos) e de políticos russos influentes no exterior, bem como o cancelamento de vários projectos (como o famoso gasoduto NordStream 2, uma via de fornecimento de gás construída através do Báltico, para fornecer gás à Europa através da Alemanha), e a proibição de voos comerciais das companhias aéreas russas pelos seus territórios.

No entanto, a sanção mais pesada foi a decisão de exclusão dos grandes bancos russos do sistema de pagamentos mundial Swift (embora tudo leve a crer que a aplicação efectiva desta medida leve pelo menos um mês). Esta medida leva a que o Banco Central Russo não tenha acesso às reservas estrangeiras que dispõe no exterior (segundo o artigo do The Economist "A new age of

economic conflict" de 5 de Março, estas reservas estão avaliadas em 630 mil milhões de dólares), o que irá levar a uma diminuição abrupta das transações, à queda da cotação do rublo e do mercado accionista russo (que actualmente se encontra encerrado), à fuga de capitais e à saída de várias empresas multinacionais do país, impossibilitadas de assegurarem a sua presença (como a Ikea, Adidas, MacDonalds, Pepsico e Coca Cola) que já anunciaram o encerramento das suas lojas e a saída do país).

Importa observar com maior detalhe a dependência da União Europeia em relação à Rússia, bem como o impacto do anúncio dessas sanções na evolução dos preços, uma vez que actualmente a Rússia exporta uma série de matérias primas para a Europa, sendo importante analisar as consequências das sanções para a Europa.

Exportações russas para a Europa

Figura 1 - Principais exportações da Rússia em 2019

Produtos	Principais exportações da Rússia (% do total mundial)
Petróleo	12,50%
Gás	8,77%
Trigo	18,40%
Níquel em bruto	28,20%
Alumínio em bruto	10,10%
Paládio (em pó e semi-manufacturado)	44,20%
Potássio (fertilizante)	15,10%

Fonte: OEC

Observando a figura 1, podemos verificar que a Rússia detém uma percentagem importante do total de exportações mundial de alguns produtos, e não apenas de produtos petrolíferos, detendo reservas importantes a nível mundial de vários produtos essenciais, como o trigo, níquel, alumínio, potássio (fertilizante) e paládio.

Em seguida vamos analisar alguns destes produtos e verificar os resultados que a guerra e a aplicação de sanções vão ter na sua comercialização.

Petróleo

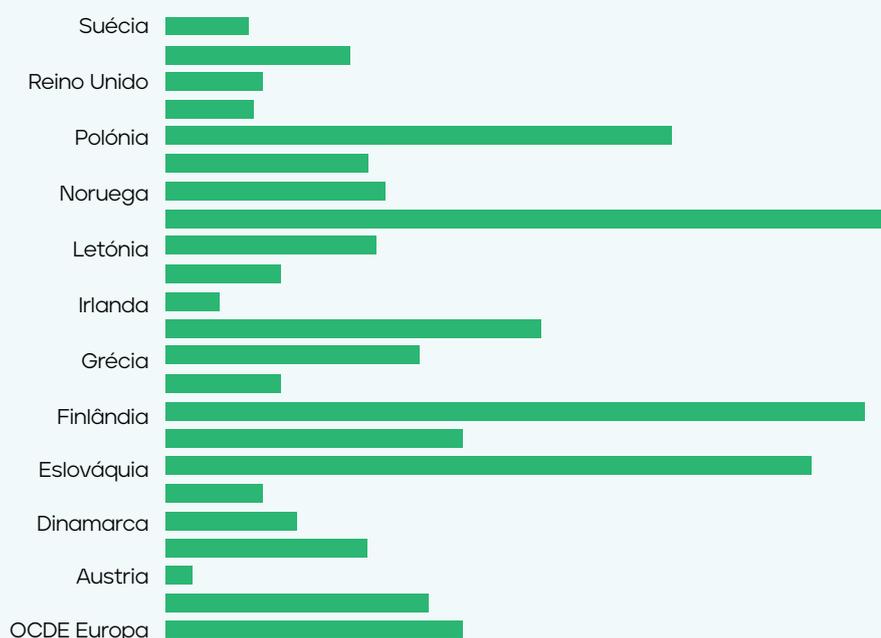
Segundo a Agência Internacional de Energia, "a Rússia é actualmente o terceiro maior produtor de petróleo do mundo, atrás dos Estados Unidos e da Arábia Saudita. Em janeiro de 2022, a produção total de petróleo da Rússia era de 11,3 milhões de barris por dia (mb/d), dos quais 10 mb/d eram petróleo bruto, 960 kb/d condensados e 340 kb/d DE Gás Natural Liquefeito (LNG). Em comparação, a produção total de petróleo dos EUA foi de 17,6 mb/d, enquanto a Arábia Saudita produziu 12 mb/d.

A Rússia é o maior exportador mundial de petróleo para os mercados globais e o segundo maior exportador de petróleo bruto atrás da Arábia Saudita. Em dezembro de 2021, exportou 7,8 mb/d, dos quais petróleo e condensado representaram 5 mb/d, ou 64%."

A AIE também realça que "cerca de 60% das exportações de petróleo da Rússia vão para os países da OCDE na Europa e 20% vão para a China. Em novembro de 2021 (...) a OCDE Europa importou um total de 4,5 mb/d de petróleo da Rússia (34% de suas importações totais), dos quais 3,1 mb/d foram petróleo bruto e matérias-primas e 1,3 mb/d de derivados de petróleo. A OCDE Ásia Oceania importou 440 kb/d do total de petróleo da Rússia em novembro (5% do total de importações), enquanto a OCDE Américas importou 625 kb/d (17% do total de importações)."

Verifica-se, portanto, que os países da OCDE da Europa têm uma muito maior dependência das importações de petróleo da Rússia do que os restantes parceiros da OCDE.

Figura 2 - Dependência das Importações de petróleo da Rússia em Novembro de 2021 (percentagem do total de importações de petróleo)



Fonte: Monthly Oil Statistics (MOS).

Observando a figura 2, verifica-se que há países na União Europeia que têm um grau de dependência muito elevado (acima de 50%). Observa-se também que são vários os países cuja dependência das importações de petróleo da Rússia é superior à importação da OCDE (34%), nomeadamente a Lituânia (83%), Finlândia (80%), Eslováquia (74%), Polónia (58%) e Estónia (34%). Destaca-se igualmente a dependência da Alemanha (30%), Grécia (29%), Bélgica (23%) e República Checa (21%). De entre os países cuja dependência é menor destacam-se a Áustria (3%), Irlanda (6%) e Suécia (9%). Portugal importa da Rússia 10% do total das suas importações de petróleo.

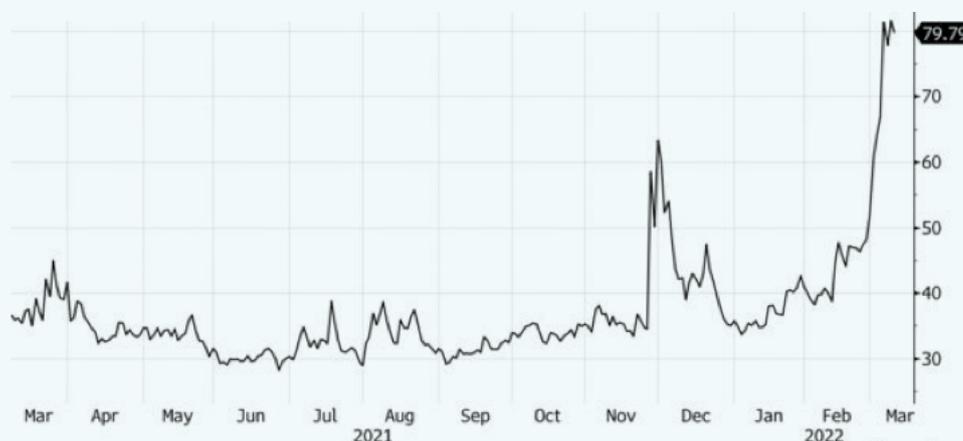
Apesar do anúncio de sanções às importações de produtos da Rússia, para os países mais dependentes vai ser praticamente impossível no curto prazo encontrarem uma alternativa para substituírem as importações de petróleo com proveniência russa. No caso de Portugal, e uma vez que a percentagem de petróleo importada é de apenas 10%, é possível encontrar fornecedores alternativos.

Evolução do preço

Analisando a figura 3, observa-se que desde que a Rússia invadiu a Ucrânia o preço do petróleo tem subido de forma acentuada, tendo alcançado um aumento de 79,79% face ao período homólogo, aproximando-se no dia 7 de Março do preço máximo estabelecido em 2008 (147,27 dólares em 11 de Julho de 2008). Esta subida deve-se não só ao facto da aprovação de sanções às exportações russas, mas também devido ao atraso das conversações para um novo acordo nuclear com o Irão no dia 7 de Março, que iriam permitir que este país pudesse exportar petróleo. Apesar deste aumento, nos últimos dias a cotação desceu de forma significativa no início da semana depois dos EUA terem anunciado que iam colocar no mercado parte das suas reservas estratégicas de petróleo, e os Emirados Árabes Unidos informarem que iam solicitar na próxima reunião da OPEP um aumento de produção.

Apesar destas medidas para reduzir o preço, é expectável que o preço do petróleo continue a subir nas próximas semanas.

Figura 3 - Evolução do preço do barril de petróleo entre 2021 e 2022

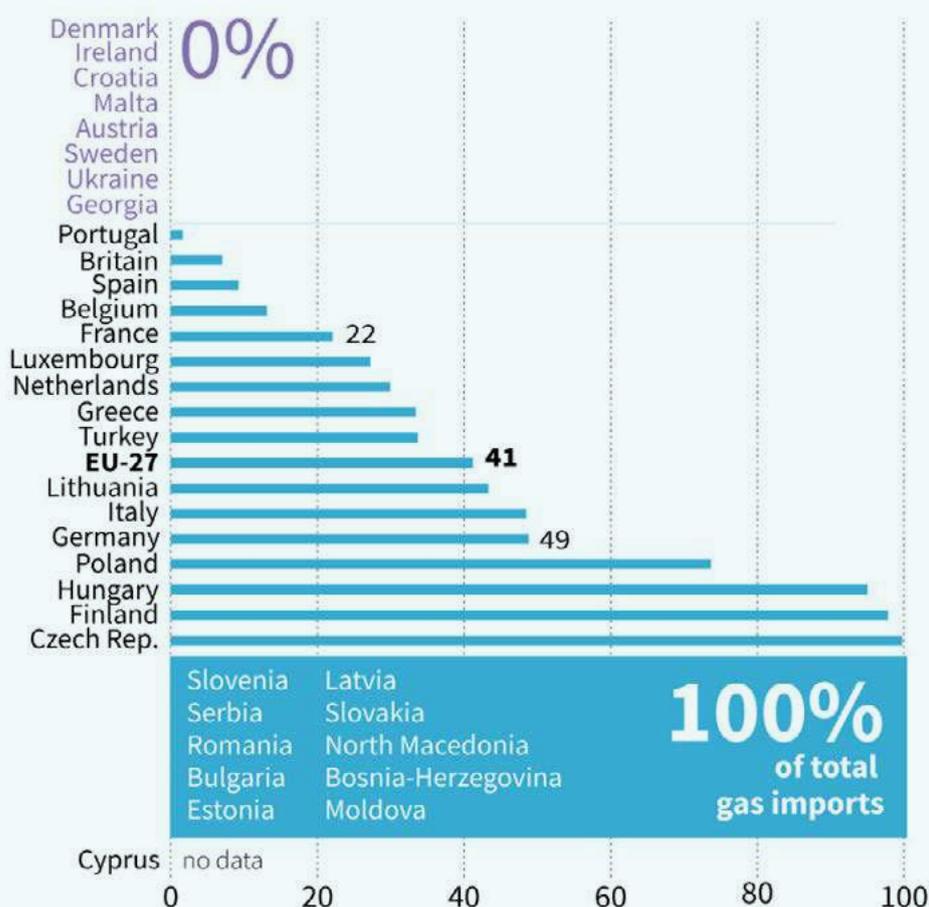


Fonte: Bloomberg, Nymex

Gás

No caso da importação de gás, e segundo a Agência Internacional de Energia, "a dependência da União Europeia e (indiretamente) do Reino Unido no fornecimento de gás russo aumentou na última década. O consumo de gás natural na UE e no Reino Unido permaneceu globalmente estável durante este período, mas a produção caiu em um terço e a lacuna foi preenchida pelo aumento das importações. Consequentemente, a participação do fornecimento de gás russo aumentou de 25% da procura total de gás da região em 2009 para 32% em 2021. (...) Os fluxos de trânsito de gás através da Ucrânia representaram mais de 25% das entregas de gasodutos da Rússia para a UE e o Reino Unido em 2021, muito abaixo do valor de 60% em 2009.

Figura 4 - Dependência da Europa às importações de gás da Rússia



Fonte: Eurostat, 2019

No caso da importação de gás da Rússia, observando a figura 4, constatamos que existe uma grande dependência dos países da UE em relação à Rússia, sobretudo no caso dos países do centro da Europa e Leste, havendo mesmo países que estão totalmente dependentes das importações de gás da Rússia (como a Eslováquia, Letónia, Estónia, Bulgária, Roménia e Eslovénia).

Mesmo no caso dos restantes países, existe uma dependência muito elevada do gás proveniente da Rússia (República Checa, Finlândia, Hungria, Polónia, Alemanha, Itália e Lituânia), que importam uma percentagem acima da média de UE-27 (41%). Em 2019 apenas seis países membros da UE não importavam gás da Rússia (Dinamarca, Irlanda, Malta, Áustria e Suécia).

Já no caso do nosso país (segundo os dados da Direcção Geral de Energia e Geologia (DGE) referentes a 2021), apesar da Rússia ter sido o terceiro maior fornecedor de gás (10,2% do total de importações), está bastante abaixo da Nigéria (49,5%) e EUA (33,3%), que foram os maiores fornecedores de gás em 2021. O nosso país tem uma rede de importação de gás muito diversificada, importando gás dos EUA, Nigéria, Rússia, Qatar, Argélia e Espanha, pelo que poderá encontrar a médio prazo fornecedores alternativos se desejar excluir a importação de gás da Rússia.

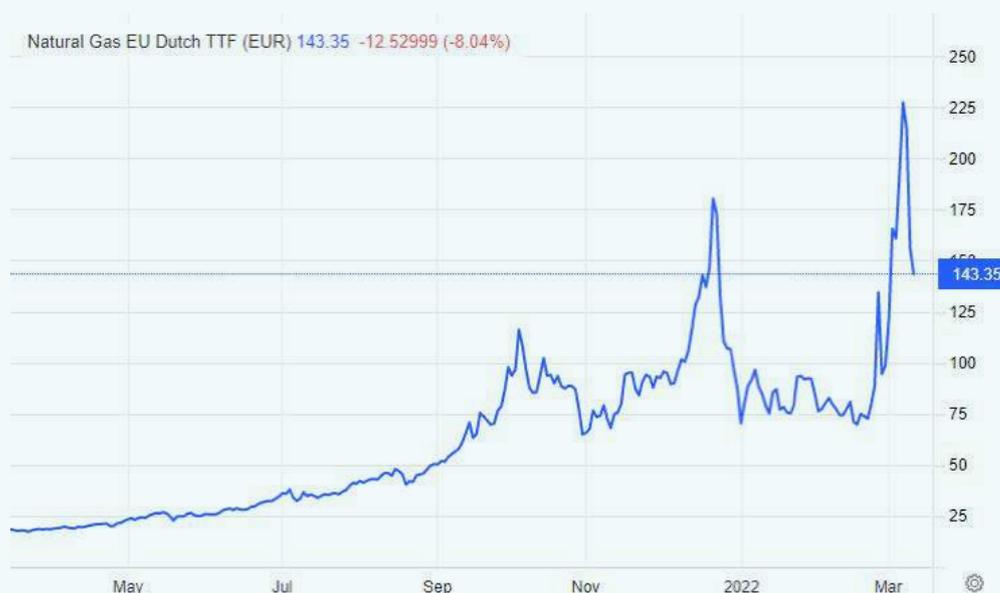
A dependência da UE das importações de gás da Rússia é bastante preocupante, não sendo possível anular essa dependência a curto prazo, sobretudo nos países que importam mais de 20% de gás da Rússia. Apesar de haver possíveis alternativas ao fornecimento de gás proveniente da Rússia, essa mudança implica a necessidade de construir gasodutos e interligações de raiz e novos terminais de gás em portos nesses países.

Evolução do preço

Após o aumento dos preços registado no final de 2021 (que foi abordado e analisado no número anterior do Boletim), e o decréscimo de preço entre Dezembro de 2021 e o mês de Fevereiro, registou-se uma subida acentuada após a invasão (até ao dia 7 de Março), resultado da elevada dependência da Europa em relação ao fornecimento de gás proveniente da Rússia (sobretudo nos países da Europa central e leste) (ver figura 5).

Apesar de existirem alternativas ao fornecimento de gás natural proveniente de outros países (como a Nigéria, os EUA ou a Argélia ou mesmo os da Península Arábica), o aumento da procura registado nos últimos meses de 2021 devido ao fim do confinamento e a falta de capacidade de resposta ao aumento da procura devido à falta de navios tanque disponíveis para responder ao aumento da procura e ao aumento do tráfego no Canal do Panamá colocam sérios problemas na procura de alternativas ao consumo do gás proveniente da Rússia, pelo que se prevê que o seu preço se mantenha alto nos próximos meses.

Figura 5 - Evolução do preço do gás natural na Europa



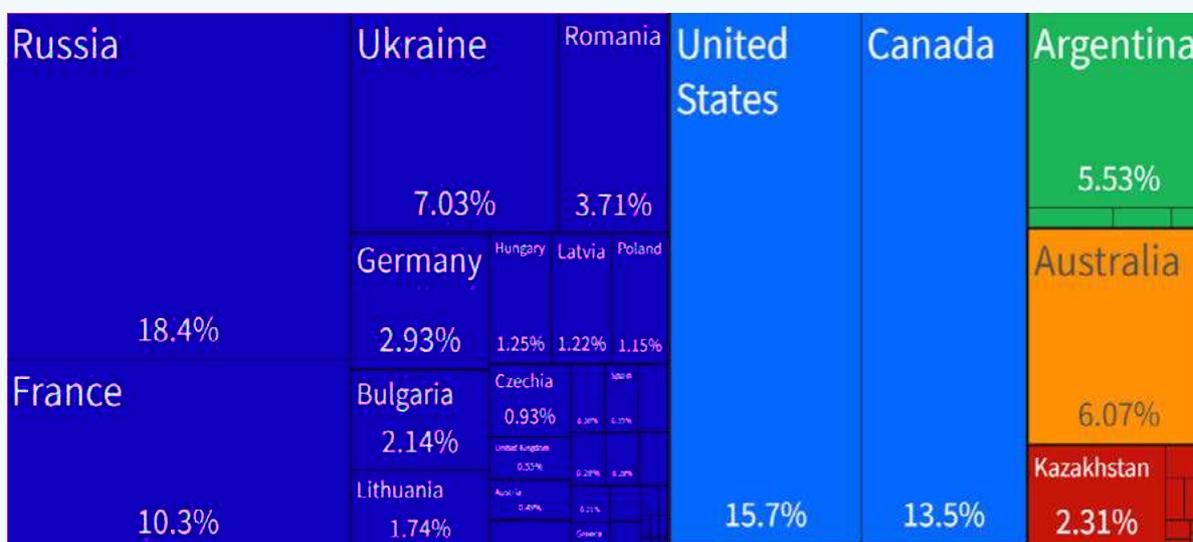
Fonte: tradingeconomics, 2022

Trigo

Apesar da importância do fornecimento do petróleo e do gás, o fornecimento de cereais é o mais preocupante, sobretudo em relação ao trigo (ver figura 6), uma vez que a Rússia (18,4%) e a Ucrânia (7,03%) são dois dos maiores exportadores de trigo mundiais, e juntos produziram mais de 25% do consumo mundial de trigo em 2019, segundo os dados do Observatory of Economic Complexity.

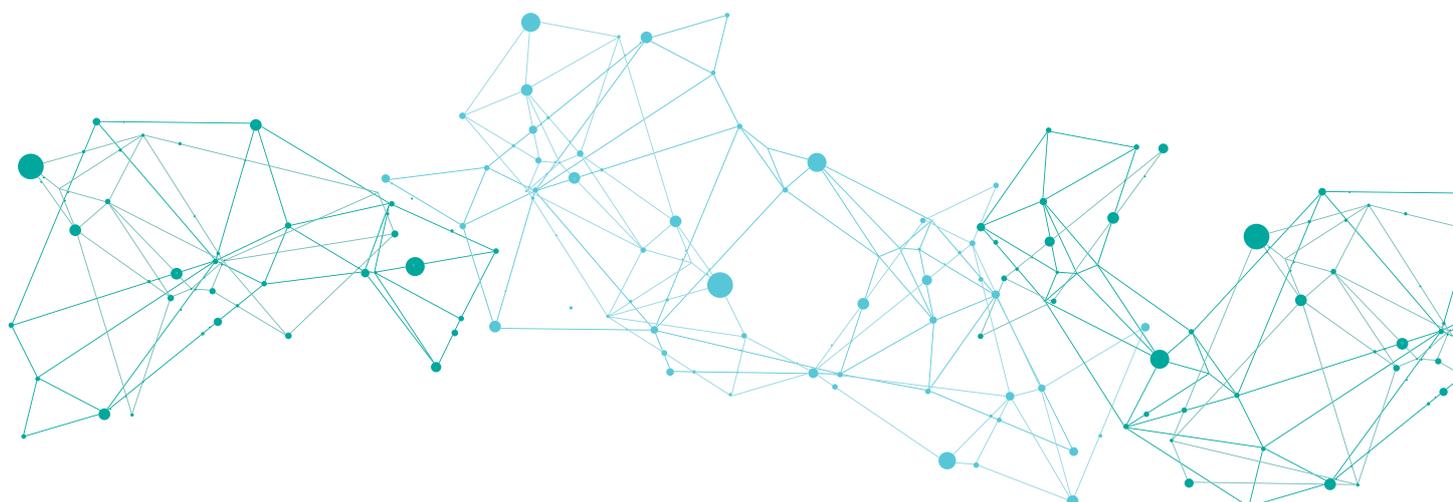
Segundo o artigo "How will Russia's invasion of Ukraine affect global food access?", de Março de 2022, "Rússia e Ucrânia responderam por 16% das exportações globais de cereais (trigo, cevada, girassol e milho). Além disso, EUA, Rússia e Ucrânia disputam os primeiros lugares nas exportações globais com Brasil, Argentina e Canadá. Embora não tenhamos dados de 2021 para a Ucrânia, até 2019, o país referido como "o celeiro da Europa" foi o quarto maior exportador de cereais do mundo."

Figura 6 - Maiores exportadores mundiais de trigo em 2019



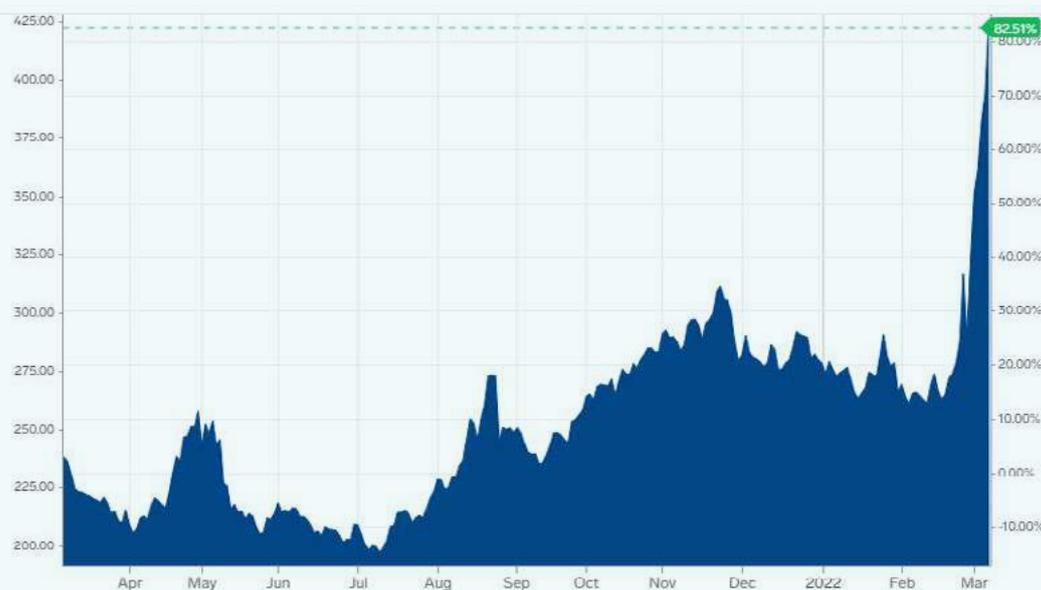
Fonte: OEC, 2019

No caso dos principais importadores de trigo da Ucrânia, e observando a figura 8, verifica-se que em 2019 o continente asiático foi o principal importador de trigo (51,98%), seguido da África (39,36%). As importações de trigo da UE 27 apenas representaram 6,96 % do total de importações da Ucrânia.



Evolução dos preços após a invasão

Figura 7 - Evolução do preço do trigo face ao período homólogo



Fonte: Business insider, 8 de Março de 2022

Também no caso do trigo os preços tiveram uma subida acentuada devido ao facto da Rússia ser o maior exportador mundial e a Ucrânia o quarto maior, tendo o preço do trigo alcançado os 422,50 dólares por onça (1 onça equivale a 0,03 quilogramas), o que equivale a uma subida de 82,5% do seu preço face ao período homólogo.

É previsível que haja queda no fornecimento de trigo a nível mundial devido às sanções impostas à Rússia e ao facto de que, com a guerra, a Ucrânia necessite de alguns anos para recuperar a sua produção agrícola ao nível de produção que teve em 2021. Para além destes factos, alguns dos maiores produtores de trigo mundiais têm sofrido de períodos de seca extrema (como a França, Estados Unidos ou Argentina), que tem contribuído para a diminuição da sua produção, pelo que é expectável que os preços do trigo e dos restantes cereais continue a subir.

Potássio (fertilizante)

A produção de fertilizantes na Rússia tem aumentado de forma sustentada ao longo dos anos. De acordo com o artigo do site Agri Pulse, intitulado "Russian halt to fertilizer exports expected to boost prices, spur shortfalls", de 4 de Março, "Os países da UE dependem da Rússia para cerca de 26% das suas importações de ureia, 26% das suas importações de fosfato e 21% de suas importações de potássio."

Analisando de forma mais detalhada as exportações de potássio da figura 8, constata-se que em 2019 a Rússia foi o 3º maior exportador (15,1%), atrás do Canadá (32,6%) e da Bielorrússia (17,2%).

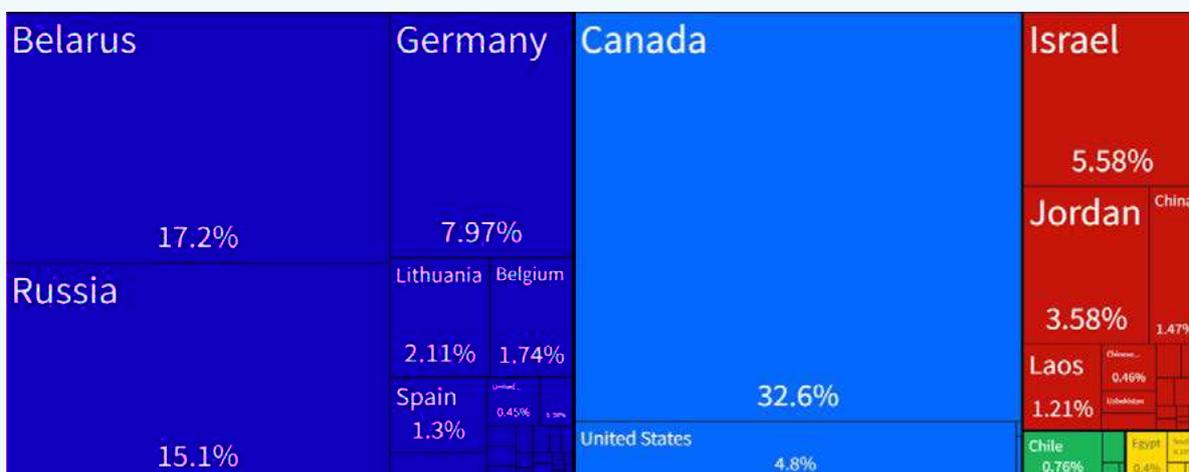
Actualmente a Bielorrússia é sujeita a sanções impostas pela UE após as últimas eleições presidenciais no país, devido à suspeita de eleições fraudulentas, que impediram a exportação de

potássio através do porto lituano de Klaipeda para todo o mundo. Recentemente a Bielorrússia anunciou aos seus clientes que não iria conseguir cumprir a meta de fornecimento devido às sanções. Como forma de procurar contornar a proibição de utilizar o porto de Klaipeda, o presidente do país anunciou um acordo com a Rússia para a utilização de um dos seus portos no Báltico. Com o anúncio de aplicação de sanções mais pesadas à Bielorrússia e à Rússia, vão haver restrições à exportação de cerca de 32,3% da exportação mundial de fertilizantes de potássio, o que irá contribuir para a existência de uma situação de escassez de fornecimento de potássio a nível

mundial e a um aumento do seu preço, podendo contribuir para uma diminuição da produção agrícola.

Numa entrevista à BBC news em 7 de Março, Svein Tore Holsether, CEO da Yara International, uma das maiores empresas de fertilizantes do mundo, referiu que *“metade da população mundial obtém os seus alimentos graças ao uso de fertilizantes, e se isso for retirado de alguns cultivos, essa produção pode cair até 50%”, afirmou Holsether, da Yara International, empresa com sede na Noruega que opera em mais de 60 países e compra quantias consideráveis de matéria-prima da Rússia.*

Figura 8 - Maiores exportadores de potássio (fertilizantes) em 2019



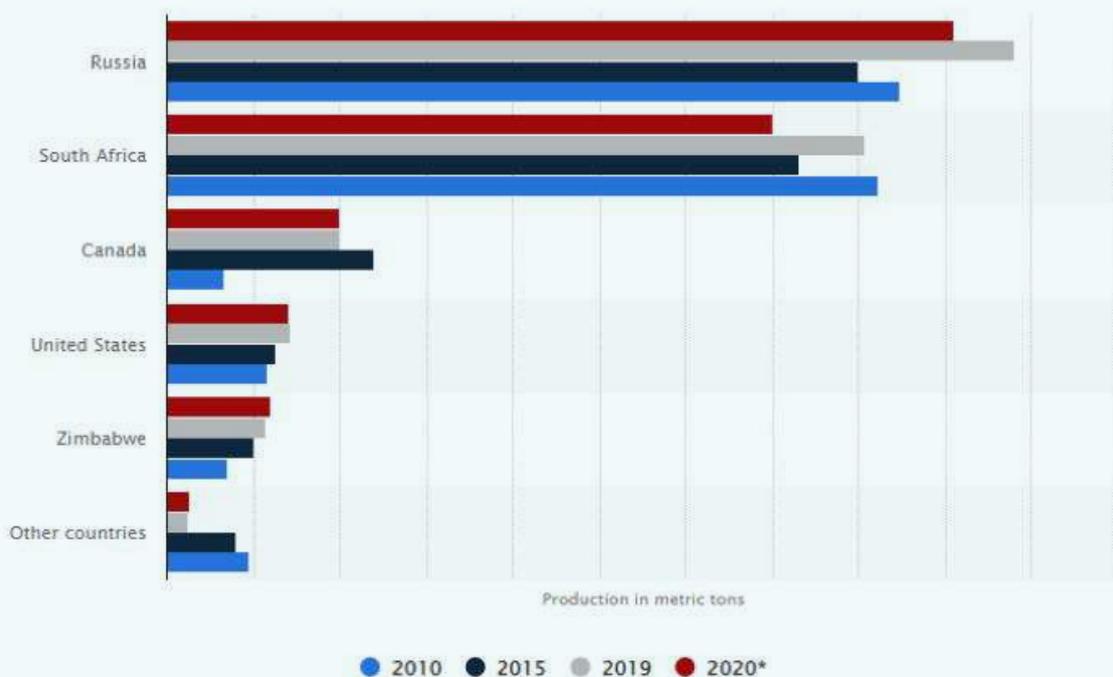
Fonte: OEC, 2019

Paládio

Este mineral é utilizado para a fabricação de contactos de sistemas electromecânicos, como os relés utilizados para ligar ou desligar dispositivos eléctricos, podendo também ser usado como catalisador na indústria petrolífera, na medicina dentária, joalheria ou mesmo na produção de hidrogénio.

Actualmente a Rússia é o maior produtor e exportador mundial de paládio, representando cerca de 40% do total de minério exportado no mundo, seguido da África do Sul, Canadá e Estados Unidos.

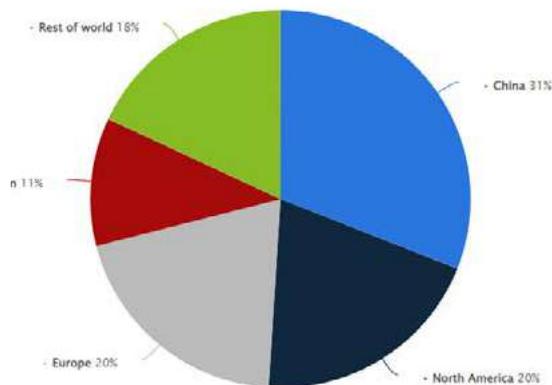
Figura 9 - Maiores produtores de paládio no mundo entre 2010 e 2020



Fonte: Statista, 2022

De acordo com o site Statista, "cerca de dois terços da produção de paládio é utilizada para a produção de catalisadores para automóveis. A procura de paládio tem vindo a aumentar devido às restrições ambientais impostas na UE e China aos produtores automóveis, uma vez que o paládio é essencial para a produção de catalisadores que reduzem as emissões de CO₂ dos motores de combustão". Observando a figura 12, constata-se que em 2020, 71% do consumo de paládio proveio da China (31%), EUA (20%) e Europa (20%), seguidas do Japão com 11%, sendo estes também os principais produtores e consumidores de automóveis no mundo.

Figura 10 - Distribuição do consumo de paládio por região em 2020



Fonte: Statista, 2022

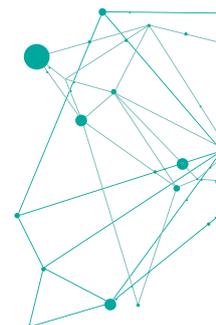
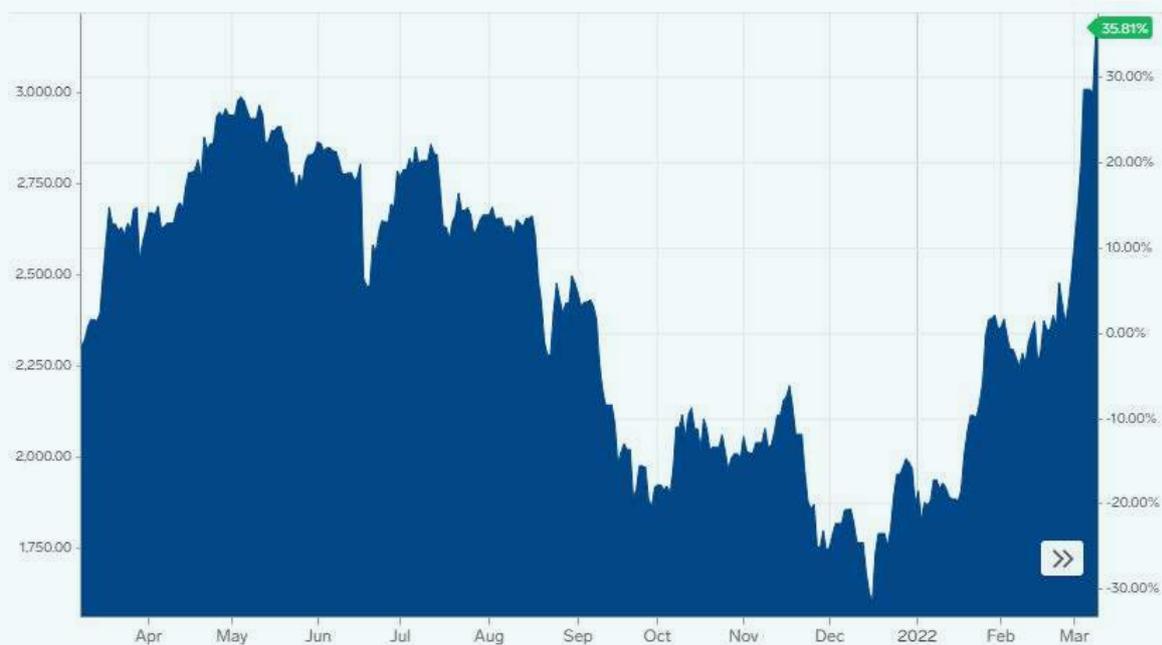


Figura 11 - Evolução do preço do paládio face ao período homólogo



Fonte: Business insider, 9 de Março de 2022

Após a invasão o preço do paládio subiu de forma acentuada, estando o seu valor no dia 9 de Março 35,81% superior em relação ao período homólogo.

Sendo a Rússia o principal exportador e fornecedor de paládio no mundo, prevê-se que as sanções impostas contribuam para que o seu preço se mantenha elevado, levando a uma potencial escassez deste minério no mercado mundial, o que irá levar a que existam grandes constrangimentos à indústria automóvel dos EUA e da UE.

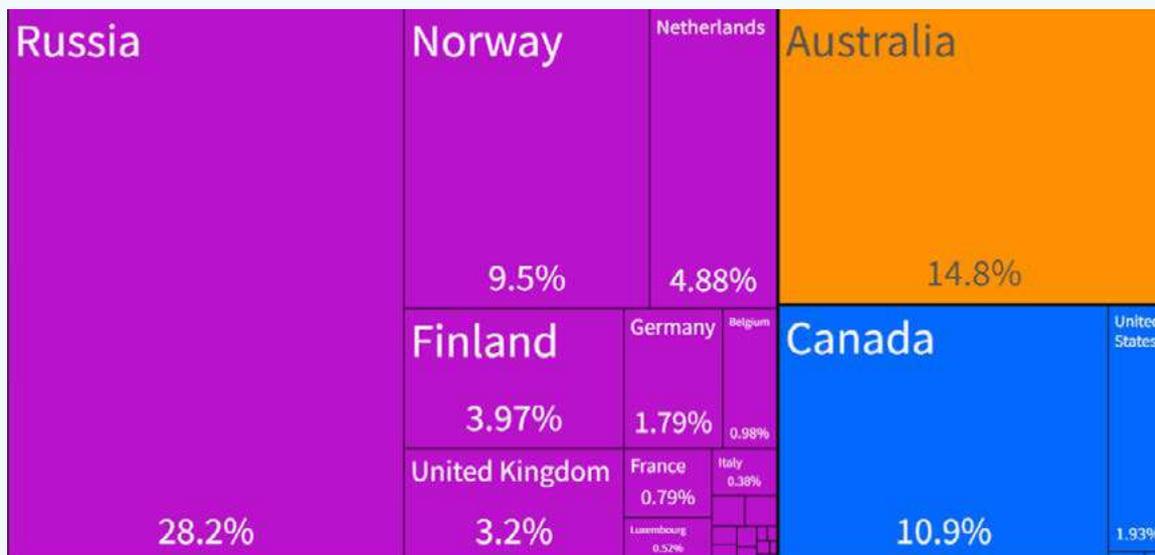
Níquel em bruto

O níquel em bruto é o níquel que não foi refinado, sendo usado para a produção de outros metais, como o bronze (podendo ser usado para produzir fio condutor de electricidade de bens electrónicos, baterias e electrodos) e ferro.

Observando a figura 12, verifica-se que a Rússia foi em 2019 o maior exportador de níquel em bruto (28,2%), seguido pela Austrália (14,8%) e o Canadá (10,9%), dominando o mercado de exportação mundial deste produto.



Figura 12 – Principais exportadores mundiais de níquel em bruto em 2019



Fonte: OEC, 2019

As importações totais da UE27 deste produto a nível mundial foram de 38%, sendo um dos maiores importadores. Analisando os maiores importadores de níquel em bruto da Rússia, verificamos que a EU foi responsável por 40,73% do total de níquel em bruto exportado pela Rússia, estando também neste caso muito dependentes das exportações provenientes da Rússia. Os principais mercados exportadores de níquel da Rússia em 2019 foram os Países Baixos (31,6%), China (30,2%) e Alemanha (11,4%).

Evolução do preço

Observando a evolução do preço do níquel desde que se iniciou a invasão da Ucrânia (figura 13), verifica-se que o seu preço teve uma subida acentuada desde o dia 24 de Fevereiro até 10 de Março (62,79%).

Figura 13 – Evolução do preço do níquel entre Março de 2021 e Março de 2022



A concluir

Embora ainda seja cedo para poder determinar de que forma a guerra vai terminar no plano militar, já é possível observar as mudanças no plano económico e geopolítico.

Por um lado, a imposição de sanções à Federação Russa por parte dos países ocidentais, bem como o anúncio de várias empresas de que vão terminar as suas operações comerciais no país (entre as quais a Rio Tinto PLC, a maior companhia de exploração e processamento de minério do mundo, e a Shell, entre outras), bem como a desvalorização acentuada do rublo vai afectar de forma grave a economia russa, embora seja expectável que no médio prazo a Rússia consiga exportar uma parte do que exportava para a UE e os EUA para outros parceiros comerciais, como a China ou a Índia, que desde o início têm procurado não hostilizar a Rússia e tentando manter-se neutrais em relação ao conflito armado. É igualmente expectável uma retaliação da Rússia às sanções impostas.

A maior causa de preocupação é não só a grande dependência de alguns países da UE dos produtos petrolíferos da Rússia (sobretudo do gás), mas também o fornecimento global de cereais provenientes da Rússia e da Ucrânia, agravado pelo facto de alguns dos principais exportadores mundiais estarem a sofrer quedas de produção devido a períodos de seca prolongada, que poderão privar regiões do continente africano e asiático dos fornecimentos de que necessitam, colocando em causa a segurança alimentar dessas regiões.

A UE e Portugal também vão ser afectadas devido à guerra e pelas sanções à Rússia, mas também devido à destruição do aparelho produtivo da Ucrânia. A Ucrânia é um dos maiores exportadores para a UE de cereais (nomeadamente milho, colza (do qual é extraído óleo para a produção de biodiesel), soja e óleos de sementes) e de minério de ferro, pelo que a guerra irá colocar em causa a produção agrícola e pecuária, a produção de combustíveis verdes e a indústria (sobretudo o sector metalúrgico), que irá deixar de dispor de um fornecedor relevante de minério de ferro.

Por outro lado, sendo a Rússia o maior exportador mundial de paládio e níquel em bruto, a produção de aparelhos electrónicos e veículos automóveis será bastante afectada, pois os dois minérios são necessários para a produção de aparelhos electrónicos, catalisadores e baterias, agravando ainda mais os problemas sentidos pelos construtores mundiais devido à falta de semicondutores.

O nosso país, por ser importador de produtos petrolíferos, cereais e fertilizantes, e embora não tenha um grau de dependência elevado em relação à Rússia e Ucrânia, vai estar sujeito ao aumento expectável dos preços, numa conjuntura económica já de si bastante complicada. ●

60%

das exportações de petróleo da Rússia vão para os países da OCDE na Europa

41%

média de UE-27 de importação de gás da Rússia

16%

Valor das exportações da Rússia e Ucrânia de cereais (trigo, cevada, girassol e milho).

"Metade da população mundial obtém os seus alimentos graças ao uso de fertilizantes, e se isso for retirado de alguns cultivos, essa produção pode cair até 50%"

Svein Tore Holsether, CEO da Yara International



Vencer a crise para ganhar a década

BOLETIM N.º #12 MARÇO 2022

Ficha Técnica:

Textos produzidos com a colaboração de:

Ana Vieira

Armindo Silva

Helena Leal

Hugo Oliveira

Isabel Francisco

José António Cortez

José Manuel Félix Ribeiro

Sérgio Lorga

A informação utilizada reporta a 7 de Março de 2022

Comentários e sugestões para:

ccp@ccp.pt



Cofinanciado por:

